Centro Universitário Leonardo da Vinci

JOHNNY NATANAEL WEBER

SES 0313

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

**INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E
COMUNITÁRIA, EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

2018

JOHNNY NATANAEL WEBER

**INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E
COMUNITÁRIA, EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de **TCC** – do Curso
de Serviço Social – do Centro Universitário
Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, como
exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Tutor – Orientador Local: Eliana M. Canzini
de Lima

BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

2018

**INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E
COMUNITÁRIA, EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

POR

JOHNNY NATANAEL WEBER

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
do grau de Bacharel em Serviço Social, sendo-lhe
atribuída à nota “_____” (_____) pela
banca examinadora formada por:

Presidente: Prof. ELIANA MAES CANZINI DE LIMA - Orientador Local

CRESS: 7228 - 12ª Região

Membro: LIDIANE NINOW - Supervisora de Campo - Assistente Social

CRESS: 5187 - 12ª Região

Membro: FLÁVIO PINZON DE SOUZA - Examinador local - Advogado

OAB/SC 20351

BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

07/11/2018

DEDICATÓRIA

À DEUS pelo presente da vida;
Aos meus amados filhos,
Abner e João, meus tesouros;
À minha amada esposa Priscila,
pelo carinho, amor e compreensão;
Aos meus familiares de perto e de longe;
À minha amável mãe Dalvac;
pelo seu amor;
À minha avó Hinha;
pela esperança e suas orações;

Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

A gratidão que expresso é direcionada as pessoas que durante meu tempo de formação rodearam minha vida, em especial à DEUS pelo presente da vida e saúde da qual tive para concluir tal missão.

À minha amada esposa Priscila Souza Weber pela compreensão do tempo que dediquei juntamente com meus meninos Abner e João. À minha mãe que sempre acreditou e em todo momento demonstrou seu amor! Minha gratidão extensa aos demais familiares pela compreensão e carinho, em especial ao meu sogro, Silas de Souza que foi o pai presente que não tive, e minha amada sogra Sra. Miralva de Oliveira.

Aos meus colegas de turma, que carinhosamente juntos construímos nosso conhecimento e nos preparamos para uma profissão de servir o próximo.

À instituição de acolhimento LAR MATERNAL BOM PASTOR, sua Coordenadora Afafi, equipe técnica, Psicólogas e Assistentes Sociais e demais colaboradores, minha gratidão pela oportunidade de estagiar e conhecer os desafios da profissão de Serviço Social, em especial ao Senhor Samuel e sua esposa Kálita.

À minha nobre educadora Eliana Maes Canzini de Lima que não mediu esforços para nos guiar neste caminho especial do conhecimento, pelo carinho e amizade minha gratidão.

Por fim, tão importante quanto o contexto desta obra, externo os sentimentos a minha Supervisora de Campo, Lidiane Ninow, que foi paciente e facilitadora no desafio de ajudar-me na construção desta formação e profissão como Assistente Social, com papel formidável de atuação durante o processo de supervisão.

À todos, meu muito obrigado hoje e sempre.

EPÍGRAFE

Se o seu dom é servir, sirva; se é ensinar, ensine;

Apóstolo Paulo, 44 a 50 d.C. Corinto

Romanos 12:7

RESUMO

Família, um lugar de esperança, de afeto e desenvolvimento. É neste espaço social que afloramos nosso caráter e desenvolvemos nossa personalidade especialmente nas fases iniciais da vida. Quando há rupturas neste espaço, em termos de violação de direitos, há por conseguinte traumas criados no desenvolvimento do ser humano em questão. Surge aqui o tema do presente trabalho, denominado, da promoção do direito a convivência familiar e comunitária em processos do acolhimento institucional, tendo como apoio a interdisciplinaridade.

Analisar e conhecer dados do impacto quanto ao acolhimento institucional da criança diante da temática convivência familiar. Apresentar o elo entre a temática da Interdisciplinaridade e a atuação cooperada de formandos das áreas de conhecimento de atuação da equipe técnica, trazendo a instituição amplitude de cooperação das capacidades de atuação e a reflexão de que existe possibilidades de aprimoramento do serviço de atendimento com um olhar voltado as necessidades da família e da criança, com vistas a restauração da convivência familiar e comunitária.

Apresentar dados e informações sobre histórico das condições de acolhimento e resultados de pesquisa em campo de estágio mensurando com análise de dados as informações coletadas, e apresentando sugestões de melhorias no empenho e uso da interdisciplinaridade com a cooperação de formandos das áreas de atuação, com vistas a promoção da convivência familiar e comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: convivência. criança. família. interdisciplinaridade. acolhimento.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS

QUADRO 1 - Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Serviço Social.....	17
QUADRO 2 - Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Psicologia.....	20
QUADRO 3 - Dados e informações da Instituição	42
QUADRO 4 - Capacidade de serviços da oferecidos pela Instituição / Projetos	43
QUADRO 5 - Tipos de Denúncias Disque 100 (2011/2018)	44
QUADRO 6 Relação do Suspeito com a vítima. Denúncias Disque 100 (2011/2018)	44
QUADRO 7 - Gênero acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	44
QUADRO 8 - Motivo de acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	45
QUADRO 9 - Região/Origem acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	45
QUADRO 10 - Faixa etária dos acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	46
QUADRO 11 - Duração tempo acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	46
QUADRO 12 - Situação pós-acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	46
GRÁFICO 1 - Tipos de Denúncias Disque 100 (2011/2018)	47
GRÁFICO 2 - Relação do Suspeito com a vítima Denúncias Disque 100 (2011/2018)	48
GRÁFICO 3 - Motivo de acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	49
GRÁFICO 4 - Gênero acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	50
GRÁFICO 5 - Região/Origem acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	51
GRÁFICO 6 - Faixa etária dos acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)	52
GRÁFICO 7 - Duração tempo acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	54
GRÁFICO 8 - Situação pós-acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)	55

LISTAS DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS

CRFB Constituição da República Federativa do Brasil

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ Conselho Nacional da Justiça

CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro Referência Especializado de Assistência Social

CMDCA Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NOB Norma Operacional Básica

NOB/SUAS Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS Norma Operacional Básica Em Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAA Programa de Apadrinhamento Afetivo

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
2.1 O direito a convivência familiar e comunitária	13
2.2 Interdisciplinaridade	14
2.2.1 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Assistente Social	15
2.2.2 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Psicólogo(a)	18
2.2.3 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Uma atuação conjunta de Psicólogo (a) e Assistente Social	21
3 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	22
3.1 Contexto histórico da temática criança e adolescente no Brasil	23
3.2 Questão social: o papel da família no desenvolvimento da criança da criança	24
3.3 Atuação do estado no enfrentamento da questão, políticas de atendimento e legislação	26
3.4 A Interdisciplinaridade dentro da questão social	28
4 JUSTIFICATIVA	32
4.1 Entendendo a dinâmica do acolhimento institucional	32
4.2 O papel da família	33
4.3 A cooperação da Interdisciplinaridade no acolhimento institucional	35
5 OBJETIVOS DA PESQUISA	37
5.1 OBJETIVO GERAL	37
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	37
6 METODOLOGIA DE PESQUISA	39
7 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	40
7.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	41
7.1.1 Perfil da Instituição	41
7.1.2 Denúncias de violência a crianças e adolescentes - Disque 100	44
7.1.2.1 Relação Suspeito com a vítima - Denúncias Disque 100	44
7.1.3 Perfil de acolhimento	44
7.1.4 Causas de acolhimento	45
7.1.5 Região, origem dos acolhimentos	45
7.1.6 Faixa etária do acolhimento	46
7.1.7 Duração do tempo de acolhimento	46
7.1.8 Situação das crianças depois do acolhimento	46
7.2 ANÁLISE DOS DADOS	47
7.2.1 Denúncias de violência a crianças e adolescentes - Disque 100	47
7.2.1.1 Relação Suspeito com a vítima - Denúncias Disque 100	48
7.2.2 Causas de acolhimento	49
7.2.3 Perfil de acolhimento	50

7.2.4 Região de acolhimento	50
7.2.5 Faixa etária do acolhimento	51
7.2.6 Duração do tempo de acolhimento	53
7.2.7 Situação das crianças depois do acolhimento	54
7.2.7.1 Situação atípica - Devolução de adoção/guarda	56
7.3 RESULTADOS	57
7.3.1 Convivência familiar - preservação dos vínculos familiares	57
7.3.1.1 Convivência familiar - ações de incentivo à convivência das crianças com suas famílias de origem	57
7.3.1.2 Convivência familiar - cumprimento do princípio de não-desmembramento de grupos de irmãos acolhidos.....	57
7.3.2 Convivência familiar - apoio à reestruturação familiar	58
7.3.2.1 Convivência familiar – Audiências concentradas, uma esperança	58
7.3.3 Convivência familiar - incentivo à convivência com outras famílias	59
7.3.4 Convivência familiar e comunitária - estrutura residencial da Instituição	60
7.3.5 Convivência comunitária - a participação de crianças acolhidas na vida da comunidade local - Outras ações promovidas pela instituição	61
7.3.6 Convivência comunitária - a participação de pessoas da comunidade no processo educativo da Instituição	62
7.3.6.1 Convivência comunitária - existência de trabalho voluntário no âmbito dos serviços complementares oferecidos na instituição	62
7.3.6.2 Convivência comunitária - a inserção da instituição em um contexto espacial com disponibilidade de serviços e equipamentos comunitários	63
7.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
7.4.1 Preservação dos vínculos com a família de origem	64
7.4.2 Apoio à reestruturação familiar	64
7.4.3 Incentivo à convivência com outras famílias	64
7.4.4 Preservação dos vínculos familiares	65
7.4.5 Convivência comunitária	65
8 CONCLUSÕES	67

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto visa apresentação do tema interdisciplinaridade no direito à convivência familiar e comunitária na atuação em entidade de acolhimento institucional com crianças de 0 a 12 anos incompletos.

Apresentação do tema e a escolha do mesmo ocorreram durante o estágio obrigatório, nas fases de observação, levantamento de demandas e intervenção na formação do curso de bacharelado em Serviço Social, estágio este ocorrido em instituição de acolhimento, na cidade de Camboriú SC, denominada Associação Lar Maternal Bom Pastor.

Durante a vivência do estágio e o cumprimento das etapas deste; observação, levantamento de demandas e projeto de intervenção; observou-se dentro da instituição a necessidade de inclusão de um programa de voluntariado institucional a qual traz para a entidade a opção de ter a sua disponibilidade dentro do seu planejamento de atuação, a disponibilidade de outros formandos em áreas de atuação junto à equipe técnica da instituição.

Considerando a atuação da equipe técnica da Instituição, é composta profissionais de PSICOLOGIA e ASSISTENTE SOCIAL, considerou-se a busca de apoio na presença de formandos destas áreas para vivenciarem a prática das intervenções junto ao atendimento das crianças acolhidas em especial com suas famílias, buscando o fortalecimento das relações afetivas e da convivência familiar e comunitária, proporcionando à entidade a interação de novos saberes, e aos alunos formandos a possibilidade de conhecer o campo de atuação da futura prática profissional.

Por fim apresentam-se dados e informações relevantes quanto às condições de atuação da entidade ante aos atendimentos prestados as crianças e as famílias, dentro das especificidades de atuação.

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O acolhimento institucional, é medida excepcional, destinada a atender crianças e adolescentes quando da violação de direitos no que tange a sua proteção e segurança. Trataremos aqui de acolhimento institucional em instituição com faixa etária de atendimento dos zero aos doze anos incompletos.

Em tempos de violação de direito na vida da criança, se faz necessário que a atuação da rede de proteção, que garante o fiel cumprimento e cooperação nos esforços para garantir a criança ou adolescente o ideal mínimo de proteção até que brevemente em tempo oportuno e não demorado, haja dentro da legalidade do processo a restauração da sua estadia em nível familiar, preferencialmente na família de origem. Até a ocorrência deste retorno, um conjunto de ações é iniciado, pela rede de proteção envolvendo Família, Instituição de acolhimento, Equipe Técnica, Vara da Infância, Conselho Tutelar, Escola, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais parceiros ligados a rede.

Neste espaço de tempo observa-se que no caso de acolhimento ocorrido de fato, a criança mesmo em medida de caráter excepcional, já sofre uma ruptura familiar, mesmo que em força da razão de sua proteção, este sendo o fator determinante, ainda assim denota-se que ela está vinculada a uma família, amigos, uma escola e outros contextos que lhe é tirado momentaneamente, sempre claro em razão de sua proteção. Assim, acolhida a criança agora passa a receber a atenção da equipe técnica da instituição e seus colaboradores, que passam temporariamente a ser os guardiões de sua proteção. Na instituição a criança recebe a atenção de um lar, com os cuidados básicos de higiene, alimentação, vestuário, estudos, lazer e interação comunitária. Qual o destino dessa criança? E se for um grupo de irmãos? A violação de direitos tem prerrogativa para uma eventual destituição familiar? Todas estas perguntas fazem parte de um processo privativo, com vistas judiciais e que dão a criança total proteção de justiça, considerando necessária tal medida para sua segurança. Ainda que não tenhamos as respostas no decorrer do processo de atuação a equipe técnica fará o devido acompanhamento da criança, razão esta onde entra a temática deste trabalho de graduação, que por observação, acompanhamento em campo de estágio e vivência durante este, observou-se a necessidade de trazer uma parceria entre aprendizado, serviço voluntário e vivência das profissões.

2.1 O direito a convivência familiar e comunitária

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 trouxe desenvolvimento em termos da Política de Atendimento a crianças e adolescentes, trazendo-lhes o reconhecimento de sua cidadania, pela proteção integral a infância e juventude, tendo ainda a disponibilidade da garantia da proteção especial, destinada a crianças e adolescentes, que em virtude de situação de risco pessoal ou social, passam a ter a garantia de atenção específica da família, sociedade e do estado, conforme assim conceitua o Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990);

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. ECA. 1990. Artigo 19.

Dentro de todas as garantias de direitos estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislações vigentes, podemos destacar que o resumo das obrigações para com as crianças e adolescentes estão firmados em proteger e socializar, destacando-o como foco principal de responsabilidade por estes instrumentos a família, sociedade e o estado, e ainda que saibam que as crianças e adolescentes são a partir de então considerados sujeito de plenos direitos, devendo ser respeitada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, competindo à família, sociedade e estado garantir com prioridade absoluta, a efetividade de suas necessidades, conforme artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que estabelece:

É dever da família, sociedade e estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. CRFB. BRASIL 1988. ARTIGO 227.

Portanto a responsabilidade solidária pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes inicia na família, sendo a sociedade e o estado agentes de cooperação no cumprimento do papel vigilante das ações de fazer acontecer os fatos, os cumprimentos dos referidos direitos.

Ocorre que a grande maioria das violações ocorre no campo familiar, e posteriormente quando verificadas e ou denunciadas tais fatos vem à tona para as devidas tratativas, como atuação do Conselho Tutelar e outras intervenções que se fizerem necessárias.

2.2 Interdisciplinaridade dentro da atuação do acolhimento institucional

A temática do presente trabalho é a Interdisciplinaridade. Vários são os conceitos conhecidos desta nos quais se podem destacar os mais aproveitados: a troca de saberes entre as ciências do conhecimento, promovendo a relação entre duas ou mais disciplinas, e que seja comum entre ramos de conhecimentos.

Com o advento do capitalismo iniciado em grande escala pelo processo da revolução industrial, ocorreu a partir daí a chamada divisão social e técnica do trabalho, resultando em demandas cada vez maiores e mais complexas no campo das profissões e das relações de trabalho, com o surgimento de novos saberes que foram surgindo à medida que o desenvolvimento alcançava patamares das quais as disciplinas e conhecimentos não atenderam de forma isolada, a compreensão e o agir sobre a realidade social. Surge a partir de então as especialidades de conhecimentos, que a partir das disciplinas gerais, fragmentaram-se em conhecimentos especiais, dando a origem a novas especialidades de áreas gerais, criando-se um campo vasto entre o conhecimento generalista e o especialista. Tal campo vasto deixou em aberto possibilidade de integração dinâmica no campo das relações de trabalho e mercado, assim sendo a interdisciplinaridade vem se mostrando como meio de um aliado enfrentamento entre estes operadores, onde cada vez mais aprimora as relações e níveis de preparo para a prática profissional em diferentes frentes, com o diálogo entre as mais variadas ciências do conhecimento.

Assim é de conhecimento que a interdisciplinaridade possui grandes desafios recorrentes para a sociedade, a começar pela educação de mercado que não proporciona completamente aos formandos a troca de saberes entre sua formação disciplinar nas mais variadas disciplinas, especificadamente na carreira pós-formados e no decorrer da prática profissional. Ao escolher tal tema, considerou-se que a atuação da equipe técnica em instituição de acolhimento, é feito por equipe composta por Assistente Social e Psicóloga.

Daí a escolha do tema da interdisciplinaridade, com ênfase na inclusão de atores externos; estagiários formandos das respectivas profissões da mesma área da equipe técnica (Serviço Social e Psicologia), para complementarem o quadro de ação para o tema proposto e sua devida aplicação, dentro da temática do Direito a Convivência Familiar e Comunitária.

A atuação interdisciplinar envolvendo a cooperação da equipe técnica juntamente com os formandos nas respectivas áreas, trás a luz o conceito comentado por ALVES (2016) que expressa que a atuação de um trabalho interdisciplinar consiste também em um problema, em razão da sua complexidade e caráter histórico de uma determinada realidade, e as referidas limitações dos envolvidos que busca construir conhecimento a respeito desta realidade.

Assim o tratamento da garantia de direitos da criança e adolescentes é na grande maioria das vezes tratado dentro de uma interdisciplinaridade, onde vários profissionais de diferentes áreas (direito, serviço social, psicologia, saúde, educação e outros) atuam em conjunto na operação dos instrumentos que tratam da manutenção e cumprimento destas obrigações. Por isso a importância cada vez maior de que toda a rede de atuação, integrada por agentes como, instituição, vara da infância e juventude, conselhos tutelares, conselhos municipais de direito da criança e do adolescente, secretaria de assistência social, CRAS, CREAS, CAPS, serviços de educação e outras autarquias integrantes da proteção integral de média e alta complexidade, estejam sintonizados com ênfases no uso devido da temática da interdisciplinaridade como estratégia de aprendizado, continuidade da troca de saberes através de capacitações de conhecimentos e aplicação de práticas responsáveis na busca, promoção e garantia do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

2.2.1 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Assistente Social

Na instituição de acolhimento em especial destaca-se as profissões nas áreas de (Serviço Social e Psicologia), das quais ambas intermediam o atendimento junto às crianças, às famílias e demais integrantes da rede de proteção, durante o acolhimento da criança e em algumas vezes após a reintegração familiar ou colocação em família substituta, quando por solicitação judicial.

O profissional do Serviço Social (Assistente Social) que tem sua atuação voltada para a intervenção e conciliação das questões sociais da criança acolhida e sua família. Durante o período de vivência do estágio, efetuei acompanhamento por várias intervenções de atuação junto da equipe técnica, especificadamente dos profissionais de Serviço Social e Psicologia, em visitas sociais.

Um olhar sobre as condições familiares, com a intenção de buscar o amparo na família na resolução do problema em questão, o acolhimento. Após entrar na Instituição a criança tem visitas sociais permitidas onde semanalmente recebe seus familiares para visitá-las. Em contrapartida, as visitas sociais no endereço da família, ocorrem em conjunto com a equipe técnica através da atuação em conjunto destes dois profissionais, que fazem as visitas na residência da família para acompanhamento da situação social, conforme exigências por medida judicial decorrente do processo do acolhimento e demais acompanhamentos.

Uma atuação voltada para garantia dos direitos da criança, não sendo o Assistente Social, aquele profissional visto como o regulador da situação material da família ou da criança, ou aquele que vai apenas dar o parecer favorável ou a negativa em junto à situação familiar, muitas vezes assim visto socialmente pela comunidade em que atua, não exercendo sua profissão de forma caritativa, mas como agente de transformação da sociedade, no pleno exercício dos cumprimentos de sua função.

O profissional do Serviço Social age em conformidade com o código de conduta ética de sua profissão, com ênfase no preparo recebido na vida acadêmica, tendo exclusivamente a participação obrigatória em estágio de vivência da prática da profissão, devidamente supervisionado por profissional qualificado.

A interdisciplinaridade dentro do Serviço Social é praticada desde a sua concepção já na prática acadêmica, onde o acadêmico tem a base de conhecimentos em várias áreas de conhecimentos e disciplinas conforme apresentado no QUADRO 1 - Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Serviço Social. Assim o acadêmico de Serviço Social tem na sua formação um conjunto de conhecimentos abrangente e generalista para questões da vida social, diferente de profissionais com formação especializada; como é o caso do profissional atuante na equipe técnica junto com o Assistente Social o Psicólogo, que tem sua formação voltada para atuação direta com o bem estar humano, dentro das ciências humanas de comportamento e desenvolvimento psicológico.

QUADRO 1 - Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Serviço Social

Disciplinas
Metodologia Científica
Antropologia Social e Cultural
Formação Social, Histórica e Política do Brasil
Direitos Humanos e Cidadania
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
Filosofia
Sociologia
Ética Profissional em Serviço Social
Economia Política
O Serviço Social no Capitalismo
Questão Social e Serviço Social
Trabalho e Contemporaneidade
Psicologia Social
Instrumentos e Processo de Trabalho do Serviço Social
Planejamento e Administração em Serviço Social
Ciência Política
Estágio em Serviço Social
Estatística e Indicadores Sociais
Ações, Dimensões e Aplicabilidade do Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social
Movimentos Sociais
Multiculturalismo
Políticas Sociais da Assistência Social
Políticas Sociais da Saúde e Previdência Social
Pesquisa em Serviço Social
Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Relações Humanas e Sociais
Assessoria e Consultoria nas Instituições e Projetos Sociais
Políticas Sociais em Habitação
Trabalho de Conclusão de Curso
Terceiro Setor, Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável
Políticas Sociais em Educação
Legislação Trabalhista e Previdenciária

FONTE: Centro Universitário Leonardo Da Vinci – Uniasselvi. **Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Serviço Social**. 2018.

2.2.2 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Psicólogo(a)

Por conseguinte temos a participação junto a equipe técnica da instituição, do profissional Psicólogo(a), que junto com o Assistente Social intermedia o atendimento junto as crianças, às famílias e demais integrantes da rede de proteção, durante o acolhimento da criança e em algumas vezes após a reintegração familiar ou colocação em família substituta, quando por solicitação judicial. O profissional de Psicologia, profissão devidamente regulamentada, atua com vistas ao atendimento institucional para as crianças acolhidas, proporcionando um espaço de interlocução para as crianças que apresentam tipos de violações emocionais, e que destes derivam tipos de comportamentos descritos como mecanismos de defesa, a serem acompanhados como;

- baixa autoestima,
- melancolia,
- falta de empatia,
- dificuldades de relacionamento interpessoal,
- comportamento antissocial,
- sintomas de irritabilidade e violência com colegas;
- entre outros.

O Psicólogo é profissional preparado para lidar com as emoções e sentimentos humanos, não é o profissional que “vai dar um jeito na criança”, visto que muito do que a criança carrega consigo, são resultantes de uma vivência familiar obstruída por muitos intervalos de violação de direitos, seja na concessão da proteção familiar básica compreendida pela proteção social e do afeto, cuidado material e de caráter de desenvolvimento psicossocial. Entender os sentimentos de uma criança que teve sua convivência familiar afetada pelo acolhimento institucional, é ir de encontro as suas necessidades de restauração do papel singular da família para si. É na família que a proteção básica começa, seja pelos braços da mãe e posteriormente estende-se aos demais agentes da família como pai e demais parentes.

É na família que a criança tem seu primeiro estágio de convivência social, da recepção do afeto, dos sentimentos e da liberdade de expressão.

Quando ocorre a ruptura da convivência familiar, ocorre também a paralisação do processo de desenvolvimento da criança junto a família, pode ainda

ocorrer dúvidas quanto a representatividade dos pais, já que houve uma violação, e dependendo do grau desta, ocorre ainda uma quebra de sentimentos quanto a expressão de afeto e demais sentimentos junto a relação familiar.

O conjunto de conhecimentos acumulados pelo profissional de Psicologia engloba uma especialidade em atingir a compreensão da mente humana, suas complexidades, traumas e mecanismos de autodefesa. Por essa razão tal atuação deste profissional tem um valor altamente significativo em razão dos acompanhamentos das crianças ante ao momento traumático que é a ruptura temporária no convívio familiar e comunitário, especificadamente o convívio familiar, que pode trazer traumas na formação e desenvolvimento psicossocial da criança.

É neste cenário que o Psicólogo faz sua análise e intervenção, atuando na busca de um contexto para auxiliar a criança no desenvolvimento e fortalecimento da sua identidade e crescimento pessoal, a saber como lidar da maneira menos impactante possível, evitando o menor impacto de danos ao seu desenvolvimento psicossocial.

Apresenta-se o QUADRO 2 que contém o conjunto de disciplinas da grade curricular de curso de Graduação em Psicologia, denominado em dez semestres dando ao profissional ampla vivência em disciplinas variadas da compreensão humana, seus traumas e especificidades.,

QUADRO 2 - Ementa das disciplinas do Curso de Bacharel em Psicologia

Disciplinas
Filosofia, Ética, Direitos Humanos e Cidadania
Psicologia: Ciência e Profissão
Genética Humana Aplicada à Psicologia
Metodologia do Trabalho Acadêmico
História da Psicologia
Filosofia, Ética, Direitos Humanos e Cidadania
Psicologia: Ciência e Profissão
Sociologia, Estudos Antropológicos e Relações Étnico Raciais
Processos Psicológicos Básicos
Psicologia da Personalidade
Psicologia do Desenvolvimento
Neuropsicologia
Psicologia da Aprendizagem
Teoria e Técnica dos Processos Grupais
Corporeidade e Práticas Psicomotoras
Psicopatologia
Psicofarmacologia
Análise Comportamental
Avaliação Psicológica
Psicologia Social
Psicologia e Saúde Pública
Psicologia do Trabalho
Avaliação Psicológica II
Abordagem Psicanalítica
Abordagem Gestalt
Orientação Profissional e de Carreira
Abordagem Comportamental/Cognitiva
Abordagem Centrada no Cliente
Abordagem Psicodrama
Psicologia Organizacional
Abordagem Sistêmica
Psicologia Educacional/Escolar
Psicologia Forense
Métodos de Pesquisa em Psicologia
Disciplina da Ênfase
Psicologia e Processos de Gestão
Psicologia Hospitalar
Componentes Curriculares Obrigatórios e Optativos, Estágio Curricular Supervisionado, Estágio Específico, Estágio Profissionalizante, Atividades Complementares

FONTE: Faculdade Avantis 2018. **Matriz curricular do Cursos de Graduação em Psicologia, 10 semestres.**

2.2.3 A Interdisciplinaridade na Equipe Técnica – Uma atuação conjunta de Psicólogo (a) e Assistente Social

O NOB-RH/SUAS¹ define que a Equipe de Referência para o atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor seja composta por: Assistente Social - nível superior, 1 profissional para atendimento a, no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos. Psicólogo nível superior, 1 profissional para atendimento a, no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.

Neste âmbito de atuação dentro da instituição de acolhimento, fazem parte da equipe técnica de atuação, dois profissionais de profissões diferentes, devidamente regulamentadas, atuando em conjunto cada qual dentro de sua área de atuação, Psicólogo (ciências humanas) e Assistente Social (ciências sociais). Tal característica reforça a temática da aplicabilidade da interdisciplinaridade, tema voltado para a troca de saberes, inter-relacionados, entre áreas distintas mas com projetos únicos, como é o caso aqui do atendimento para crianças acolhidas e suas respectivas famílias.

Juntas na equipe técnica ambas as profissões promovem o encontro de saberes, troca de conhecimentos e debates das questões sociais e humanas, com objetivo do fortalecimento do ser humano, aqui em questão a criança e seus familiares, sendo a criança sujeito de direito com o embasamento da proteção integral, não para separá-lo da sociedade, mas para sua inclusão como sujeito de direito, na plena promoção do fortalecimento de seu elo afetivo-familiar.

Assim, ambas as profissões atuam com base nas regulamentações vigentes, no serviço de atendimento a famílias, crianças e demais interesses da instituição, na busca em conjunto com demais profissionais da rede, das garantias e cumprimentos dos direitos da criança e adolescentes.

¹**NOB/SUAS** Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NOB-RH/SUAS Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. RESOLUÇÃO Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006. DOU 26/12/2006e RESOLUÇÃO Nº 01, DE 25 DE JANEIRO DE 2007.

3 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL

A entidade ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR, com sede na cidade de CAMBORIÚ/SC, tem por objetivo desenvolver ações em defesa dos direitos fundamentais à vida das crianças em acolhimento institucional, garantindo-lhes um atendimento integral, onde possam suprir todas as suas necessidades inerentes ao pleno desenvolvimento e crescimento infantil, visando contribuir para uma melhor qualidade de vida aos infantes durante sua estadia na instituição.

A entidade tem como metodologia de atuação dentro de sua finalidade em abrigar as crianças de zero a doze anos incompletos, promovendo atividades lúdicas, educativas, culturais e esportivas com as crianças através de equipe técnica e de apoio dentro dos parâmetros da normatização federal das *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes NOB/SUAS*¹. Tendo em vista os resultados dos serviços prestados e sua metodologia de atendimento, caracteriza-se como entidade de acolhimento institucional onde atende os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com registro e homologação junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente do município de Camboriú.

Existe ainda um trabalho dos agentes da rede de proteção em sintonia com a equipe técnica junto as família das crianças acolhidas, trabalho este de extrema importância em razão da complexidade e da urgência da não permanência da criança em situação de acolhimento. As famílias que legalmente possuem acesso liberado pela justiça, fazem visitas semanais as crianças, e recebem orientação e acompanhamento da equipe técnica (Psicóloga e Assistente Social), quanto a assuntos pertinentes a situação de reparo das condições ideais para o retorno da criança, rotinas e outras orientações que sejam de interesse da família para garantir em tempo hábil o possível e esperado retorno da criança ao seio familiar.

A instituição apresenta em sua finalidade estatutária e prática a aplicação da garantia efetiva dos direitos de crianças de zero a doze anos incompletos, quando acolhidas, que em algum momento seja por quaisquer motivos tiveram seus direitos violados, em consonância e parceria com o poder judiciário, poder executivo, conselhos municipais, parceiros beneméritos e demais agentes da rede de proteção social.

As pessoas envolvidas diretamente com o processo do trabalho de graduação, são aquelas que diretamente acompanharam o processo do estágio,

especificadamente equipe técnica, supervisora de estágio, diretores, colaboradores internos (monitoras, auxiliar de monitoras, cozinheiras), eventuais voluntários, crianças e famílias atendidas pela entidade, durante o processo de estágio, acompanhamento de rotinas internas, visitas sociais domiciliares e demais intervenções acompanhadas com a equipe técnica.

Razão pela qual, houve a necessidade de trazer à entidade a importância do tema da interdisciplinaridade dentro da temática da promoção ao direito a convivência familiar e comunitária, possibilitando a cooperação junto a equipe técnica na troca de saberes, entre estagiários formandos das profissões respectivas e a equipe multiprofissional, cooperando no atendimento as famílias, no reforço dos laços de afetividade, orientações e esclarecimentos a respeito dos direitos das crianças e adolescentes, e esclarecimentos sobre o papel da família, sociedade e estado no cumprimento, garantia e promoção dos referidos direitos.

Dentro da instituição, o tema da interdisciplinaridade vem ao encontro da exposição da melhoria das relações entre o grupo multiprofissional, a saber a equipe técnica, com vistas a inclusão de estagiários formandos nas profissões do ramo de atuação da equipe técnica (Serviço Social e Psicologia). A amplitude do trabalho realizado pelos profissionais da equipe técnica, alcança níveis de intervenção com as famílias e as crianças atendidas pelo programa de acolhimento, razão pela qual a inclusão de novos saberes com novos agentes em processo de formação teórica, acompanhados da vivência com a devida supervisão e da prática profissional, traz o aumento da qualidade e efetividade da prestação do serviço, resultando em melhorias significativas dos processos de atendimento.

3.1 Contexto histórico da temática criança e adolescente no Brasil

O Brasil pode ser considerado um jovem em termos de democracia, ao ponto que no ano de 1988 nascia a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) promulgada sob a égide de um estado soberano e de direito. Com a mãe democracia nascendo, após um período de regime militar de quase vinte anos surge a esperança de uma construção democrática de um país de oportunidades e valor social. Dois anos depois da referida promulgação, nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) denominando-se o marco legal e regulatório dos direitos de crianças e adolescentes, sendo composto por um conjunto de normas no

ordenamento jurídico brasileiro com a finalidade de garantir a proteção integral da criança e do adolescente. Mesmo diante de novidades no campo da democracia e do estado de direito, são notáveis os índices de vulnerabilidade de crianças e adolescentes nos dias de hoje, partindo do campo do abandono, maus tratos, abuso de menores, e outros fatores advindos com outras expressões da questão social junto aos dias atuais, como o subemprego, falta de renda, baixos índices na educação básica etc. Assim os tempos modernos e a cultura trazem a reflexão de que diante dos instrumentos jurídicos acompanhados pela história, os métodos diferenciam-se, a saber anteriormente aos códigos permanecia a internação agrícola, posteriormente veio o reformatório, depois o investimento biopsicossocial e, por fim, as medidas sócio educativas.

A centralidade da família no Brasil é tratada com a configuração da Constituição federal de 1988, na abertura da garantia de proteção integral, e o reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direito, independente do formato dado a família conforme Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 por ora denominado PNAS² de 2004 e também pelo PNCFC³ (2006).

²**PNAS** Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

³ **PNCFC** - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pela Resolução Conjunta nº 01 , de 13 de Dezembro de 2006 CONANDA/CNAS.

3.2 Questão social: o papel da família no desenvolvimento da criança

A família é a primeira célula de convivência afetiva, social e de desenvolvimento para a criança. É na família que desde a fase infante nos sentimos pertencentes, temos afeto, espaço de proteção e crescimento pessoal como pessoa humana e cidadão. Como destaca Winnicott, o afastamento da criança, do convívio familiar, traz sérias consequências ao seu desenvolvimento neuro-físio-psicológico, dificultando ainda sua capacidade de crescimento social, educativo, com riscos diretos as suas capacidades individuais e subjetivas à vida em família e em sociedade. Este dano é cada vez maior quanto menor for a idade da criança, visto

que o afeto materno e familiar é de extrema necessidade para seu desenvolvimento em todos os aspectos.

[...] é importante continuar apresentando um lugar-comum de que a unidade familiar é mais de que uma questão de conforto e convivência. De fato, a unidade familiar proporciona uma segurança indispensável à criança pequena. A ausência dessa segurança trará efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos a personalidade e ao caráter. WINNICOTT, 2002, p. 18

Desde sua mais tenra idade, a criança inicia seu ciclo social de convivência inicialmente com os pais, especificadamente com a mãe, onde ainda bebê a vê como uma extensão de si mesma. Um bebê na frente do espelho não sabe que seu reflexo ali é de fato ele mesmo, retratando seu elo forte com a mãe. O simples afastamento da mãe mesmo que momentâneo lhe traz a aversão de que algo lhe falta, algo ou parte de si mesmo. Com o passar do tempo o desenvolvimento deste ciclo social se expande com a presença do pai, sendo esta tão importante quando a mãe em todo o ciclo de crescimento, mas obstante o bebê vai aceitando outros familiares a medida que vai crescendo, e a cada momento de crescimento cria-se um progresso de independência mesmo que mínima, com a aceitação de novos personagens neste ciclo social tão novo e empolgante.

Um singular exemplo da importância da convivência familiar aqui tratado a luz do desenvolvimento resumido do bebê e sua contemplação familiar, que denota o quão dependente não apenas do leite materno ele pode ser, mas a representatividade da totalidade que é a presença de sua mãe e pai em termos de afetos para seu desenvolvimento gradativo para uma vida de crescimento, o que em um acolhimento institucional não pode ser substituído apenas por cuidados protetivos.

A criança atendida por programa de acolhimento institucional, salvo as condições extremas de sua relação familiar em consonância com o grau de violação a ela estendido, tem neste espaço a carência de afeto familiar que lhe é natural, necessário ao seu desenvolvimento e crescimento pessoal. Tal ruptura, fomenta mesmo que momentaneamente, uma perda de espaço de pleno desenvolvimento de personalidade, ou atrofia deste desenvolvimento, podendo trazer danos sérios para sua vida futura.

3.3 Atuação do estado no enfrentamento da questão, políticas de atendimento e legislação

O acolhimento institucional é medida provisória e excepcional, conforme determina o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em um novo paradigma de atendimento de uma complexidade que ha tempos atrás se preocupava apenas com a segurança da sociedade, na classificação das classes menos favorecidas, afastando das ruas crianças e adolescentes em risco social, que por ora eram vistas como ameaças a sociedade, também definidas como situação irregular

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990) Artigo 101, parágrafo 1º.

O Brasil destaca-se como um dos países com a mais avançada legislação do tema da proteção infanto-juvenil, em especial após a consolidação da democracia Brasileira, pelo viés das forças das instituições políticas já com a decorrência da Constituição Federal (1988), a carta magna do país agora sendo um estado democrático de direito, vindo após isso a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que culmina no documento legal de lei vigente, com ampla garantia de acesso a direitos antes não esclarecidos, da proteção integral, das crianças adolescentes, com absoluta prioridade da família, sociedade e estado.

Assim no ano de 2001 surgiu a necessidade de buscar informações e mensurar a situação das condições de Instituições de acolhimentos no Brasil, trabalho que foi realizado por parlamentares conforme nos relata FACHINETTO (2009, p. 48):

No ano de 2001, especificadamente nos meses de setembro a dezembro, vários deputados federais percorreram oito estados brasileiros com o objetivo de verificar a real situação dos programas de abrigos para crianças e adolescentes, sendo seus resultados apresentados no Caderno Especial “Órfãos do Brasil”, no Correio Brasiliense, em 09/01/2002.

Foi assim, após intensa mobilização social, debates, audiências públicas e conferencias, vindo de representantes do povo, setores da sociedade civil, inclusive internacional (ONU/UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância) e outros departamentos federados, surge em 2003 a deliberação de um pedido de diagnóstico das condições dos abrigos no país, ficando a cargo do Instituto de

pesquisa Econômica Aplicada IPEA⁴ apresentado em 2003 conforme documento; “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescente da Rede de Serviço de Ação Continuada” (Rede SAC) tendo por base 670 entidades de acolhimento levantadas em todo país. Em 2002 não haviam informações confiáveis sobre a população infanto-juvenil que permaneciam nos abrigos em situação de acolhimento, e tal estimativa chegava em 200 mil, privadas até então do direito a convivência familiar e comunitária.

A partir deste levantamento, já nos anos 2004 e 2005, as discussões iniciam-se no campo da elaboração de um plano de alcance para o enfrentamento aberto das questões levantadas, com início da criação de uma comissão intersetorial com a definição das rotinas de ação em conjunto, chegando a uma versão preliminar em meados de julho de 2005, que após consulta pública em Dezembro de 2006, foi concluída e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

⁴ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. DISOC, 2003.

O documento final foi denominado **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária** PNCFC, aprovado pela **Resolução Conjunta nº 01, de 13 de Dezembro de 2006 CONANDA/CNAS** aprovado pela **Resolução Conjunta nº 01, de 13 de Dezembro de 2006 CONANDA/CNAS**, no qual norteou as ações de enfrentamento de políticas públicas de interesse da criança e adolescente acolhidos em instituições, no período de 2007 a 2015, com a máxima premissa da garantia dos direitos e ações elencados no plano, dos quais se destacam os temas:

- Centralidade da família nas políticas públicas;
- Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família;
- Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades;
- Respeitar a diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e as particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais;

- Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida;
- Garantia dos princípios de excepcionalidade, provisoriedade dos programas de famílias acolhedoras e de acolhimento institucional de crianças;
- Reordenamento dos programas de acolhimento institucional;
- Adoção centrada no interesse da criança;
- Controle social das políticas públicas.

As propostas visadas no **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, aprovado pela **Resolução Conjunta nº 01, de 13 de Dezembro de 2006 CONANDA/CNAS** apresentou ao Brasil uma nova fase de enfrentamento das reais condições adversas que pairava sobre a situação do tema do acolhimento institucional, que a partir de então ações conjuntas foram tomadas na busca de formular ideais para o enfrentamento destas condições, visando propor regulamentação e melhorias nos processos quanto ao funcionamento, condições de proteção, aplicação das garantias dos novos ordenamentos e ao funcionamento e fiscalização das instituições de acolhimento institucional, fatores que visavam a garantia da proteção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como estendeu as referidas ações para o cerne da família, sociedade e estado, vindo equiparar-se as tais garantias já instituídas na Carta Magna, no seu artigo 227 que destaca o enfoque ao “direito a convivência familiar”.

3.4 A Interdisciplinaridade dentro da questão social

A ênfase do trabalho visa trazer o aproveitamento sobre a temática da interdisciplinaridade e suas características que englobam a atuação em conjunto dos operadores de direito, dando foco principal ao tema direito à convivência familiar e comunitária. É neste contexto que a problematização que o presente traz a tona a necessidade de fomentar o reforço da garantia deste direito às crianças por ora acolhidas e atendidas em instituição, trazendo a sugestão de um plano de cooperação conjunta através da interdisciplinaridade, na integração de estagiários formandos das profissões que atendem a equipe de referência para atendimento

psicossocial, a saber (Serviço Social e Psicologia) que resultará na busca e preservação dos vínculos familiares e comunitários.

A interdisciplinaridade é conhecida como o elo entre disciplinas e o seu compartilhamento de saberes, dentro de uma mesma área de atuação, partindo desta visão de que a equipe de referência para atendimento psicossocial, a saber os profissionais das áreas de (Serviço Social e Psicologia) são agentes operadores, responsáveis solidários pela execução da política municipal de garantia do direito a convivência familiar, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente (Art.101 inc.9º) aplica-se a estes a sugestão do uso de um plano baseado em contínua melhoria da troca de saberes, inclusão e acompanhamento de agentes externos de cooperação para garantia do cumprimento das medidas de proteção especial de alta complexidade, dentro da instituição.

A interdisciplinaridade proporciona entre a equipe multiprofissional, a amplitude dos conhecimentos, conforme PEREIRA (2014) trazendo aumento do diálogo, do ouvir o outro e a consideração do ser para servir, em um propósito que vai além do trabalho, na extensão e promoção da garantia de direitos por ora violados. Assim o tema da interdisciplinaridade nos toca quando somos alvejados pelo anseio da busca da eficiência e qualidade do “meu servir”, quando entendo que meu trabalho e seus resultados não se faz apenas com meus conhecimentos ou os méritos de meus esforços, mas na busca da qualidade do servir, me abro para outrem, na humildade de entender que a troca de saberes pode empenhar ainda mais o comprometimento de um serviço de qualidade relevante.

Interdisciplinaridade: essa nova atitude pode ser utilizada em outros serviços, visto que sua prática diz mais respeito a ser um “humano professor”, do que um “professor humano”; tem faltado o exercício da humanidade no serviço público e nos demais setores de atividade remunerada, no que concerne à ética, à humildade, ao respeito e ao não fazer por obrigação simplesmente, considerando que o serviço social é um trabalho de pessoas para pessoas e no conviver com as pessoas há troca de saberes e de histórias de vida; os dois lados aprendem, os dois lados ganham e por fim, descobrem, por meio da convivência e parceria, que se encontram na verdade, no mesmo lado. PEREIRA (2014, p. 3)

O servir especialmente para operadores do direitos, traz uma grande responsabilidade da compreensão de que somos pessoas atendendo direitos garantidos em leis, exclusivo a pessoas também sujeito de direitos, e por vezes com seus referidos direitos violados, ainda mais, quando temos de lidar com não apenas o sujeito de direito como aqui tratado, a saber a criança, mas também com sua

família, faz-se a necessidade de empenho do saber em um nível de tratamento sério, equilibrado e acima de tudo garantido dentro das especificidades da questão social.

A interdisciplinaridade não é elencada no presente trabalho como a solução definitiva para o melhor resultado do servir humano, pois ela é aberta a reflexão e troca de saberes entre dois ou mais profissionais, com o objetivo de garantir a junção do conhecimento em detrimento de um servir de qualidade, eficiente e com ênfase na garantia da continuidade do serviço em termos de qualidade e outros fatores doravante profissionais. A interdisciplinaridade pode ser interpretada como forma de compreender e modificar o mundo social, familiar e do espaço sócio ocupacional, mundo que atuamos dentro da garantia dos direitos e a promoção destes a quem deles necessitarem. A interdisciplinaridade requer dos profissionais envolvidos imersão nos trabalhos, conhecimento prático da causa e seus envolvidos. Considerando que ambos profissionais da equipe técnica são de nível especialistas em termos do conhecimento formado em suas áreas, é de se contar que aqui cabe o empenho da interdisciplinaridade, que é bem vinda à sua aplicação em detentores de conhecimentos de referidos níveis.

Incluir interdisciplinaridade dentro do formato de atuação em equipe técnica, requer empenho de valores conforme destaca FAZENDA (2011), das quais a humildade inicialmente de considerar, ouvir e atentar para o conhecimento do outro, considerar sua opinião, ouvindo-o, mesmo seja ela parcialmente diferente de minha sugestão. A coerência, denominado como a harmonia entre dois fatos ou duas ideias, sendo que as relações interpessoais são o desafio da interdisciplinaridade, em razão de que ser coerente não é apenas aceitar seu ponto de vista ou parecer, é adequar os pontos de vistas dentro da condição do exercício ético profissional, na garantia da melhoria do empenho profissional agora realizado em conjunto.

Fazenda fez um caminho mostrando a Interdisciplinaridade e os cinco princípios que a subsidiam: humildade, coerência, espera, respeito, desapego, juntamente com afetividade, ousadia, parcerias. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (2011).

A espera ou a paciência conta também como fator importante das ferramentas da interdisciplinaridade, já que nos mostra a capacidade de limitações que alguns de nós não desempenha no exercício da vida diária, ou pouco a pratica, vindo com ela posteriormente o respeito, a pessoa humana, as suas condições e o

respeito a eu como ser em pleno desenvolvimento, na construção de uma relação que por hora tem sido a troca de saberes, com equidade, paciência e outros aprendizados que me tornarão um melhor profissional, nas relações interpessoais.

A atuação com situações de crianças e adolescentes é considerada complexa, em razão de envolver o poder familiar, o sujeito de direito (criança) que sofre o dano da violação de direitos, sendo essa complexidade uma necessidade de interação conjunta de uma rede interdisciplinar com capacidade de comunicação eficaz. A afetividade vem acompanhada da receptividade em ouvir com alegria e contentamento o outro, saber que seu conhecimento também pode contribuir, ser testado e fazer jus ao seu momento, entender que a estrela de todos deve brilhar. Com a ousadia, de receber e aplicar meu melhor tempo, dedicação e empenho naquilo que chamo de trabalho sendo quase como uma segunda casa para mim, no anseio de servir ao humano com o empenho humano.

Assim as parcerias, frutos de uma rede de ação cooperada, entre relacionamentos proporcionados pela confiança e humildade de poder exercer com empenho o chamado do serviço ao público, que como sujeito de direitos, conta comigo para ser o agente facilitador, interventor ou promovedor deste.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) vem ao encontro da temática da interdisciplinaridade, visto que promove em seu sentido a atuação conjunta dos operadores da proteção da Criança e do Adolescente, e concorre na variação de diferentes níveis de profissionais que articulados em uma rede operam o sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescentes, a saber Juízes, conselhos, Ministério Público, Poder executivo e suas demais secretarias (saúde, educação, cultura) etc.

Por fim, o desafio persiste, em razão de a interdisciplinaridade ser um tema desafiador, mesmo para a Justiça brasileira, em razão de se verificar que no Brasil o problema da permanência de crianças em tempo superior ao estipulado por lei é a falta de equipe interdisciplinar nas varas da infância e juventude, conforme destaca Sérgio Kreuz, juiz da Comarca de Cascavel do estado do Paraná, em matéria do Senado Federal, conforme artigo anexo.

4 JUSTIFICATIVA

Apresenta-se a justificativa do presente trabalho, que tem por finalidade conceituar sobre a temática da Interdisciplinaridade em instituição de acolhimento institucional, na sugestão de cooperação voluntária de formandos de profissionais do mesmo nível da equipe técnica, com vistas a promoção da convivência familiar e comunitária de crianças atendidas pela instituição, promovendo ainda a vivência da prática profissional futura, dentro dos limites de atuação com o devido acompanhamento e supervisão da entidade de acolhimento e sua equipe técnica.

4.1 Entendendo a dinâmica do acolhimento institucional

Dentro das condições legais, o acolhimento é uma medida de proteção especial “provisória e excepcional” prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicada a crianças e adolescentes cujos direitos foram negados ou violados, seja por abandono, pelo risco pessoal a que foram expostos ou por negligência dos responsáveis.

Quem decide pelo acolhimento é a autoridade judicial, que determina a suspensão, não a perda do poder familiar e concede a guarda do infante ao responsável pela instituição. Os menores devem permanecer afastados da família biológica **até** que condições adequadas de convivência se restabeleçam ou que sejam adotados.

Já o processo de adoção requer a destituição do poder familiar, também determinado pela autoridade judicial; o que significa o afastamento definitivo da criança e do adolescente de sua família de origem. Assim, para não incorrer em injustiças, é da maior importância que essas famílias recebam apoio e suporte necessários para sua reestruturação. Em muitos casos, a maior agilidade dos processos de perda do poder familiar pode provocar inúmeras injustiças com famílias que sequer receberam apoio ou tiveram tempo para reintegração de seus filhos.

No entanto, é fundamental destacar para o fato de que a legislação consagra, através do próprio ECA; que o abrigo é uma “medida provisória e excepcional, disponível como forma de transição para a colocação em família substituta”, não sendo permitido a permanência indefinida de crianças nas

instituições sem qualquer perspectiva de vivência familiar, mesmo que longe de sua família natural.

O papel e o significado dos abrigos são enunciados, no documento intitulado; *Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária*, formulado por Enid Rocha Andrade da Silva e Luseni Maria Cordeiro de Aquino, no qual traz a orientação que os abrigos são instituições com responsabilidade de zelar pela integridade física e emocional das crianças que tiveram seus direitos violados, seja por situação de risco pessoal, abandono social ou por negligência de seus responsáveis. No sentido mais categórico, abrigo é uma medida excepcional, de proteção especial prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente sendo definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Assim aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam devem encontrar nas instituições de abrigo um espaço de cuidado e proteção.

Assim com um olhar de valorização da interdisciplinaridade, e a promoção de interação do convívio da equipe técnica e demais formandos das áreas de atuação, o objetivo aqui é garantir um aporte de conhecimento que poderá ser explanado, compreendido, tirado todas as dúvidas e acelerar o processo de compreensão e a garantia do cumprimento dos direitos das crianças, facilitando ainda o elo dos laços afetivos entre família e criança, contando com a devida supervisão e orientação de equipe técnica.

4.2 O papel da família

Todos os direitos provêm em especial primeiramente garantidos através da família, que amparada pela sociedade e o estado redireciona-os a seus filhos, crianças e adolescentes. A família tem papel especial junto ao desenvolvimento da socialização da criança, pois é ela quem mediará sua relação com o mundo e deverá auxiliá-la a respeitar e interpretar as regras e limites necessárias à vida em sociedade. A maneira como pais e ou responsáveis reagirão aos comportamentos apresentados pela criança na “fase socializadora”, em direção à autonomia e à independência, influenciará o desenvolvimento de sua autoconfiança, de seu autoestima, e, de maneira geral, a sua personalidade.

Faz-se necessário afirmar que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções está fortemente relacionada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais como segurança, trabalho, moradia, lazer etc.

Reconhecer os direitos garantidos das crianças e dos adolescentes parte de um processo que vem sendo construído no longo da história, processo esse marcado por transformações ocorridas no Estado, na sociedade e na família. A expressão “sujeito” esclarece que a criança e o adolescente são indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento.

Para a criança a realidade consta que a partir do momento em que começa a frequentar outros contextos sociais, além da sua família, como o espaço de educação infantil ou propriamente a escola, esta tem os seus referenciais sociais e culturais ampliados. Segundo Mussen (1977) nesse período, a criança constrói seus novos relacionamentos e assim é influenciada por estes novos estímulos, tendo com seus mais diversos personagens: educadores, amigos da mesma idade, livros, brinquedos, brincadeiras e mídias.

Tais habilidades cognitivas aumentam e tornam-se mais complexas e diferenciadas. No entanto, apesar dos novos relacionamentos propiciados por outros contextos sociais, as relações familiares permanecem centrais para a criança, sendo fatores importantes para a construção de sua identidade e capacidade para se relacionar com o outro e desenvolver-se socialmente como ser social.

Quando a criança passa a viver em um abrigo, este espaço é adequado dentro das condições mais semelhantes de uma residência, fazendo com que a rotina de convívio seja também similar a de uma família. Mas essa criança vai buscar em breve um referencial de pai ou mãe, seja na educadora ou na cozinheira que lhe dá atenção, esta relação é forte pois seus laços familiares foram rompidos, mas não há como ignorar que ela sente falta e questiona os fatos mesmo que internamente sobre onde, por que razão ou circunstância “eu estou aqui”?

Neste momento, perdura o amparo psicológico, emocional e acompanhamento através de escutas observação para que a criança tenha seus rendimentos escolares não afetados, e que tenha no espaço da instituição todas suas necessidades básicas preenchidas, no entanto quem substituirá mesmo que temporariamente sua família? Eis a importância da convivência familiar e comunitária, da qual a criança interagindo com uma vida comunitária frequente como escola, amigos, atividades de passeios, atividades desportivas e lúdicas pode mesmo que momentaneamente suprir em partes sua carência emocional, e ocupar seu tempo com qualidade evitando o isolamento. Assim SILVA, e AQUINO 2005, p. 186 apresentam, a possibilidade da interação de pessoas da comunidade nas atividades internas da Instituição, tendo as opções de inúmeras atividades de cooperação e participação comunitária, ressaltando-se a necessidade do devido acompanhamento e supervisão.

A “participação de pessoas da comunidade nas atividades internas” da instituição também proporciona a garantia do direito à convivência comunitária, facilitando o estabelecimento de novos vínculos e relações, bem como a oxigenação das práticas e rotinas institucionais. Nesse sentido, foram considerados dois critérios para definir a participação comunitária na Instituição: i) a existência de trabalho voluntário no âmbito dos serviços complementares (acompanhantes, costureiros, estagiários, orientadores espirituais/religiosos, professores de reforço escolar, recreadores, voluntários para atividades diversas como artes plásticas, culinária, dança, esportes, informática, línguas, música, teatro, trabalhos manuais etc.); e ii) a inserção da instituição de abrigo em um contexto espacial com disponibilidade de serviços e equipamentos comunitários. (SILVA, e AQUINO 2005, p. 186)

Portanto, garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes é um processo que torna a participação conjunta do trio; estado, sociedade e família, no entanto a expressão das questões sociais em todos os casos atinge de forma impactante a família trazendo resultados de descumprimento das garantias do exercício dos direitos das crianças e dos adolescentes, quando da ocorrência de violações e seu posterior acolhimento.

4.3 A cooperação da Interdisciplinaridade no acolhimento institucional

Dentro das condições legais, o acolhimento é uma medida de proteção especial “provisória e excepcional” prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicada a crianças e adolescentes cujos direitos foram negados ou

violados, seja por abandono, pelo risco pessoal a que foram expostos ou por negligência dos responsáveis. Observa-se que muito dos pais que tem seus filhos em situação de acolhimento, estão desorientados no desconhecimento de seus direitos e as garantias de seus deveres que devem ser cumpridos ante aos seus filhos, parte do esclarecimento dessas obrigações consta da equipe técnica que faz o seu acompanhamento técnico, assim é sugestivo estabelecer parcerias auxiliares para que haja uma cooperação adicional no termo de aumentar a explanação dos direitos e das obrigações, da abertura de escuta e também da possibilidade do diálogo para que haja o total comprometimento mútuo, tanto da família quanto da organização para que o objetivo principal seja atendido dentro das especificidades da lei vigente, que é o em primeira instância o atendimento integral da criança e seu eventual retorno família natural ou o seu encaminhamento para família substituta quando assim deferido pela justiça.

O acolhimento em uma instituição é uma experiência desafiadora, ainda que o ambiente seja bom, o mesmo não é a sua família, mas excepcionalmente neste momento como a criança vai compreender que sua família falhou e lhe garantir a proteção que lhe é devida? Assim conforme ELAGE et al, (2011) conceitua que a interdisciplinaridade atuante no campo de ação da criança, traz referências aos profissionais, devendo resultar para a criança acolhida e atendida pelos profissionais, em um serviço de bem estar e exercício diário de cidadania.

A Interdisciplinaridade pauta-se no movimento, não sendo possível estabelecer uma padronização, um manual de regras rígidas, repetitivas e homogeneizadoras, entretanto, deve-se considerar concepções e diretrizes, estabelecidas consensualmente pelos trabalhadores, quanto à mentalidade, posturas e responsabilidades que dão referências e segurança a esse trabalho cheio de novidades e acontecimentos surpreendentes (positivos e negativos) e que deve reverter em saúde, bem-estar e exercício diário de cidadania pelas crianças e adolescentes
ELAGE et al, (2011)

Em algumas situações de acolhimento institucional, observa-se que além da violação dos direitos da criança, a família tem dificuldades de compreensão e assimilação dos direitos e deveres a elas constituídos perante a lei, razão pela qual o presente projeto tem por objetivo a característica de ao inserir novos parceiros formandos dos níveis da equipe técnica, na atuação conjunta com esta através do serviço voluntário, tornando a experiência ideal para ambas as partes e em especial para o público de familiares e responsáveis que tem suas crianças acolhidas.

5 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir enunciam-se os objetivos geral e específicos de pesquisa.

5.1 OBJETIVO GERAL

Em todo processo de acompanhamento da rotina de atendimento da equipe técnica junto as crianças acolhidas e as famílias, observou-se a possibilidade de tornar o atendimento destes mais humanizado de forma colaborativa, trazendo dentro do processo de atendimento junto as famílias o reforço dos laços afetivos, contando com o apoio de novos formandos da mesma área da equipe técnica, especificadamente, Assistente Social e Psicólogos(as), com vistas a valorização do conjunto de interdisciplinaridade destes para o campo da prática profissional, com supervisão e acompanhamento da equipe técnica responsável da instituição, com objetivos voltados à promoção do direito a convivência familiar e comunitária, resultando ainda na troca de saberes e vivência da prática futura das profissões em que estão se formando.

Salienta-se que o papel dos objetivos do presente projeto não contrapõe a decisão final das condições processuais de cada criança atendidas pelo programa, pelo contrário, a ênfase é o respeito irrestrito as condições e as decisões demandadas pela Vara da Infância, onde se uma criança atendida pelo programa for direcionada pela destituição familiar, tal decisão é soberana e cabe respeito a tal, sendo a aplicação do projeto destinada a atender a continuidade do direito e convivência familiar da criança em sua rotina de vivência na instituição, seja pelo acolhimento temporário, colocação em família substituta ou qualquer outra condição aferida no programa de acolhimento.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do Trabalho de graduação consistem em através do objetivo geral;

- Propor justificativas para a ampliação da atuação de voluntários dentro das áreas de especificidades do acolhimento institucional,

com vistas a promoção e discussão dos vínculos de convivência familiar e comunitária;

- Apresentar o tema da Interdisciplinaridade dentro do campo do acolhimento institucional, com vistas na valorização da troca de conhecimentos da equipe técnica com novos formandos das áreas específicas de atuação (Serviço Social e Psicologia);
- Apresentar dados estatísticos da entidade relativos ao tempo de atuação e especificidades do acolhimento institucional;
- Discorrer a análise dos dados coletados com vistas na discussão do tema abordado no presente trabalho, “direito a convivência familiar e comunitária”.

Assim o presente trabalho, visa abordar temática de relativa importância, para o desenvolvimento do serviço comunitário prestado a sociedade na forma de acolhimento institucional.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa do presente trabalho de graduação se deu com base no campo da observação durante o estágio obrigatório na instituição, onde além do acompanhamento das famílias e crianças percebeu-se a necessidade de ampliar o espaço de participação dentro desta, reforçando o direito a convivência comunitária, com atores que podem trazer ainda o reforço dos vínculos de afetividade entre a relação criança e família.

O trabalho baseou-se ainda nas pesquisas bibliográficas, com leituras de livros, artigos e outras referências supracitadas no presente trabalho. Assim a Pesquisa de Campo mostrou-se a mais pertinente dentro do escopo do presente trabalho, contando ainda com um toque de pesquisa quantitativa e bibliográficas.

Tal metodologia baseou-se na observação no campo de estágio, coleta de informações e análise de dados através de anotações nos diários de campos e outras informações junto da supervisão junto a instituição. Durante o tempo de estágio foi possível acompanhar todo o processo técnico do acompanhamento junto da equipe técnica, demais rotinas de intervenção e ação dentro da instituição de acolhimento.

Baseado na motivação de melhorar o atendimento prestado as crianças e as famílias, observou-se que mesmo acolhida a criança ainda tem parte de seus direitos de convivência familiar e comunitária restritos, seja por razões da alta complexidade, da proteção especial instituída neste campo, não por qualquer descumprimento da instituição ou da rede de proteção, mas pelo fato que a criança continua afastada da sua família de origem, mesmo que isso seja como fato excepcional, mas o fato está evidente que o afastamento é uma ruptura que traz perdas pra ambos os lados, sendo necessário mesmo em medida de proteção, eis uma razão clara de que o tornemos este momento o mínimo possível doloroso, acompanhado de clareza, vontade humana em fazer com que a justiça de proteção integral alcance a criança que teve seu direito(s) violado(s), atendida seja com buscas na reparação de sua condição familiar pelo envolvimento da rede, e ou outros caminhos que a justiça assim decidir com base legal.

7 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

A análise de dados da pesquisa contemplam conjunto das informações que apresentam as condições atuais e que mostram o nível de comprometimento com o tema do presente trabalho, focando a interdisciplinaridade, contemplada na atuação conjunta de diferentes operadores da proteção integral, não presentes apenas na instituição, mas em toda a rede a saber; desde a comunidade até os demais agentes envolvidos como: Vara da infância, Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS, CAPS, escola etc.

Os dados apresentados resumem-se no campo de atuação da entidade Lar Bom Pastor, que com personalidade jurídica instituída desde 2009 atua no âmbito do acolhimento institucional voltado a crianças de zero a doze anos incompletos. Inicialmente consta a seguir a demonstração das informações de dados coletados da situação de atuação da Instituição, em face de seus serviços, público e no campo do alcance destes. Posteriormente será abordado informações sobre os dados das questões relevantes aos temas do presente trabalho, divididos em “convivência familiar”, “preservação dos vínculos familiares” e “convivência comunitária”,

Em relação à “convivência familiar” analisou-se o atendimento realizado pela instituição a partir dos pontos:

- 1) preservação dos vínculos com a família de origem;
- 2) apoio à reestruturação familiar;
- 3) incentivo à convivência com outras famílias; e
- 4) estrutura residencial da Instituição.

Quanto ao primeiro aspecto, a “**preservação dos vínculos familiares**”, foi considerado dois grupos de ações desenvolvidas pela instituição:

- 1.1) ações de incentivo à convivência das crianças com suas famílias de origem, e
- 1.2) cumprimento do princípio de não desmembramento de grupos de irmãos acolhidos.

Em relação à “convivência comunitária”, foi considerado:

- 5) a participação de crianças acolhidas na vida da comunidade local; e
- 6) a participação de pessoas da comunidade no processo educativo da Instituição.

7.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

7.1.1 Perfil da Instituição

A entidade ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR tem por objetivo desenvolver ações em defesa dos direitos fundamentais à vida das crianças em acolhimento institucional, garantindo-lhes um atendimento integral, onde possam suprir todas as suas necessidades básicas inerentes ao pleno desenvolvimento e crescimento infantil, visando contribuir para uma melhor qualidade de vida aos infantes junto com seus familiares. Tem como metodologia de atuação dentro de sua finalidade em abrigar as crianças atendidas promover atividades lúdicas, educativas, culturais e esportivas com as crianças através de equipe técnica dentro dos parâmetros da normatização federal das *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Tendo em vista os resultados dos serviços prestados e sua metodologia de atendimento, caracteriza-se como entidade de acolhimento institucional onde atende os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Atua na promoção de viabilizar as crianças afastadas de suas famílias de origem, a oportunidade de viver em um ambiente familiar, harmonioso e saudável; realiza acompanhamento individual de cada criança, visando o cuidado até a restauração e retorno a família de origem e ou eventual desligamento quando necessário e a reinserção familiar, ou colocação em famílias substituta; prepara e acompanha as crianças que estão aptas ao processo de adoção; desenvolve junto com a comunidade eventos voltados ao bem estar das crianças; proporciona o suporte psicoemocional das crianças, visando à formação do caráter moral, ético e religioso destas.

Consta no QUADRO informações levantadas referentes as condições legais e de atuação da entidade suas características com o público atendido e informações sobre os convênios.

QUADRO 3 - Dados e informações da Instituição

Razão Social	ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR	
CNPJ	Data Fundação	Tipo de Abrangência
10.618.455/0001-29	23/01/2009	() Municipal (X) Regional
Natureza da Instituição	Convênio com poder público	Registro no Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente
Privada	Sim	(X) Municipal (X) Estadual
Parceiros operadores da proteção integral		
Vara da infância, Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS, CAPS, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde.		
Principais motivos do acolhimento - Município de Camboriú		
Negligência, tráfico de entorpecentes, maus tratos, abandono e violência sexual (abuso).		
Condições atuais – Município de Camboriú		
O município de Camboriú, SC possui um índice considerável de famílias em situação de exclusão social que enfrenta o desemprego outras demais situações que colaboram para a vulnerabilidade destas famílias (tráfico e consumo de drogas, violência etc). Esse contexto abre oportunidades para outras expressões de vulnerabilidade, como o prejuízo na estrutura das famílias e seu desenvolvimento, que se veem impossibilitada de satisfazer suas próprias necessidades e conseqüentemente as necessidades de suas crianças.		
Principais motivos do acolhimento - Município de Balneário Camboriú		
Negligência, tráfico de entorpecentes, maus tratos, abandono e violência sexual (abuso)		
Condições atuais – Município de Balneário Camboriú		
O município de Balneário Camboriú, SC por se situar numa região turística e de amplo desenvolvimento possui uma forte atratividade de pessoas que de acabam vindo de várias regiões do país em busca de realizações, empregos e liberdade. Apesar de ter um índice de qualidade de desenvolvimento humano chegando a ter o 4º melhor IDH em 2016 no ranking brasileiro e a melhor cidade no estado. A cidade apresenta um índice relativo de famílias em situação de exclusão social que enfrenta o desemprego outras demais situações que colaboram para a vulnerabilidade destas famílias (tráfico e consumo de drogas). Por ser uma cidade turística com ênfase no turismo de veraneio, em baixa temporada os índices de desemprego e ações de vulnerabilidade aumentam, devido a baixa demanda do setor turístico e de serviços.		

FONTE: O autor

QUADRO 4 – Capacidade de serviços da oferecidos pela Instituição / Projetos

Público atendido e idade	crianças de zero a doze anos incompletos	
Número de equipamentos	02	Tipo de imóvel
Capacidade total de atendimento	30	Cedido
Acolhimento com ordem judicial	Sim	
Localização do imóvel	Área residencial	
Características residenciais	Sim	
Serviços oferecidos pela instituição		
Proteção integral no acolhimento sem interrupção, rotina escolar, transporte escolar, apoio pedagógico, alimentação com acompanhamento de nutricionista, acompanhamento de profissional Técnica de Enfermagem para procedimentos médicos, consultas, atualização de vacinas e afins, serviços de monitora em tempo integral, espaço para atividades lúdicas, brinquedoteca, sala de TV, refeitório e cozinha, espaço ambiental para atividades de horta, espaço rural com animais domésticos (galinhas patos etc.), ambiente arborizado, campo de futebol, mini parque para crianças com balanços artesanais em sombra, viveiro de aves, espaço para vivência e visitas, com mesas cadeiras.		
Projetos em andamentos		
Atualmente a entidade está trabalhando na ampliação do espaço da estrutura de atendimento, com a construção do projeto da nova sede, onde possibilitará a maior comodidade e capacidade de oferecer serviços integrados em um espaço amplo, com atendimento as variadas demandas da estrutura de acolhimento, a saber contará com as seguintes adequações.		
Salas de atendimento 01 - Administração 01 - Coordenação 01 - Secretária/RH 01 - Psicologia 01 - Assistência 01 - Pedagogia 01 - Reunião 01 - Enfermagem e Nutrição	Salas de Atividade 01 - Sala de vídeo 02 - Brinquedoteca 01 - Informática e Biblioteca	
	Salas de uso comum 03 - Cozinhas 02 - Refeitórios 03 - Dispensas 10 - Quartos 10 - Banheiros 01 - Lavanderia 01 - Sala de estar e recepção	

FONTE: O autor

7.1.2 Denúncias de violência a crianças e adolescentes - Disque 100

QUADRO 5 – Tipos de Denúncias Disque 100 (período 2011/2018)

DENÚNCIAS DISQUE 100 - 2011/2018	REGISTROS	PERCENT %
Negligência (36,46%)	500.041	36,46%
Violência Psicológica (Maus Tratos) (24,42%)	334.930	24,42%
Violência Física (22,45%)	307.870	22,45%
Violência Sexual de Criança e Adolescente (13,36%)	183.187	13,36%
Exploração do Trabalho Infantil (3,31%)	45.448	3,31%
	1.371.476	100%

FONTE: Ministério dos Direitos Humanos, 2018
<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100>

7.1.2.1 Relação Suspeito com a vítima - Denúncias Disque 100

QUADRO 6 – Relação do Suspeito com a vítima. Denúncias Disque 100 (2011/2018)

Relação Suspeito com a vítima Denúncias Disque 100. 2011/2018	REGISTROS	PERCENT %
Mãe	0	35,51%
Pai	0	16,91%
Mãe/Pai	0	22,38%
Desconhecido	0	6,60%
Não Informado	0	19,00%
	1	100%

FONTE: Ministério dos Direitos Humanos, 2018
<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100>

7.1.3 Perfil de acolhimento

QUADRO 7 – Gênero acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

GÊNERO - ACOLHIDOS	PERC. %
Masculino	51,49%
Feminino	48,51%
	100,00%

FONTE: O autor

7.1.4 Causas de acolhimento

QUADRO 8 – Motivo de acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

MOTIVO ACOLHIMENTO	%	
Situação Risco/Vulnerabilidade	29,66%	
Negligência	17,70%	
Abandono	16,55%	
Maus Tratos	8,05%	
Violência Física	3,45%	
Abuso Sexual	3,91%	79,31%
MOTIVO ACOLHIMENTO	%	
Não Informado	3,45%	
Conflito Intra-Familiar	3,22%	
Transferência de Instituição	2,76%	
Reclusão (Pai/Mãe)	2,53%	
Drogadição	2,07%	
Crime (Sequestro, tráfico, Busca e apreensão)	1,84%	
Devolução Adoção	1,38%	
Adoção Irregular	1,15%	
Guarda/Família Extensa: Devolução	0,69%	
Evasão (Lar - Instituição)	0,46%	
Falecimento (Pai/Mãe)	0,46%	
Problema de Saúde	0,46%	
Alcoolismo	0,23%	

FONTE: O autor

7.1.5 Região, origem dos acolhimentos

QUADRO 9 – Região/Origem acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

REGIÃO ORIGEM ACOLHIDOS	PERC. %
Camboriú SC	60,69%
Baln. Camboriú SC	29,89%
Outras cidades	5,98%
Não Consta	3,45%
	100,00%

FONTE: O autor

7.1.6 Faixa etária do acolhimento

QUADRO 10 – Faixa etária dos acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FAIXA ETÁRIA - ACOLHIMENTO 2009/2018	PERCENT %
de 0 a 3 anos 42%	41,84%
de 4 a 7 anos 26%	26,44%
de 8 a 11 anos 21%	20,69%
de 11 a 12 anos (incompl) 08%	8,05%
acima de 12 anos 03%	2,99%
	100%

FONTE: O autor

7.1.7 Duração do tempo de acolhimento

QUADRO 11 – Duração tempo acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

TEMPO DE PERMANÊNCIA EM ACOLHIMENTO 2009/2018	PERCENT %	
até 1 mês (30 dias)	24,76%	72,86%
de 1 a 3 meses (30 a 90 dias)	29,52%	
de 3 a 6 meses (90 a 180 dias)	18,57%	
de 6 a 12 meses (até 1 ano)	15,24%	
de 12 até 24 meses (1 a 2 anos)	8,57%	
acima de 24 meses (acima de 2 anos)	3,33%	
	100%	

FONTE: O autor

7.1.8 Situação das crianças depois do acolhimento

QUADRO 12 – Situação pós-acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

SITUAÇÃO DESTINO	PERCENT %	
Família Biológica	48,51%	86,21%
Adoção	20,23%	
Família Extensa	17,47%	
Transferência Instituição	8,28%	
Em acolhimento	3,68%	
Adoção Internacional	0,92%	
Evasão (Lar - Instituição)	0,69%	
Não Informado	0,23%	
	100,00%	

FONTE: O autor

7.2 ANÁLISE DOS DADOS

7.2.1 Denúncias de violência a crianças e adolescentes - Disque 100

Os dados recentes divulgados pelo DISQUE 100 através do Ministério dos Direitos Humanos no Brasil chama a atenção, sobre os tipos de violações sofridas por crianças e adolescentes no Brasil. Um olhar sobre os dados observa-se que embora os gráficos venham diminuindo e os números também, ainda assim é notório que permanece alto o índice de denúncias oferecidas através do DISQUE 100.

Dentro do conjunto oferecido das principais violações, foi destacado no QUADRO 4 as mais contundentes, passíveis de ação de denúncia para a tomada de decisão para o encerramento da violação, das quais se destacam na ordem dos mais ocorridos:

- Negligência;
- Violência Psicológica;
- Violência Física;
- Violência Sexual de Criança e Adolescente;
- Exploração do Trabalho Infantil.

GRÁFICO 1 – Tipos de Denúncias Disque 100 (2011/2018)

FONTE: O autor

Os dados levantados abrangem informações desde o ano de 2011, trazendo uma visão mais ampla dos fatos, como a que nos anos de 2012 e 2013 ocorreram os maiores índices de denúncias, seguidos pela Negligência, Violência Psicológica e Violência Física. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 houve queda em todas as denúncias, e já em 2017 os números voltaram a subir, não na mesma proporção dos anos anteriores, mas ainda assim preocupantes, pois qualquer violação seja única ou em números é um atentado a formação da criança e precisa ser combatido.

7.2.1.1 Relação Suspeito com a vítima - Denúncias Disque 100

Outro dado preocupante é do GRÁFICO 2 Relação Suspeito com a vítima, que mostra que desde 2011 até 2018 o número dos suspeitos desconhecidos tem diminuído, ficando abaixo de 9%. No caso de suspeitos serem destacados como pai o índice ficou em 17% para o pai e 36% para a mãe, um dado preocupante em razão de que a mãe é sempre vista como aquele que mais protege seu filho, pelo instinto natural da maternidade. Com essa análise, pode-se destacar que a ultimamente as violações sofridas pelas crianças e adolescentes parte de dentro de seu convívio familiar, como observado em situações típicas dos acolhimentos.

GRÁFICO 2 – Relação do Suspeito com a vítima - Denúncias Disque 100 (2011/2018)

FONTE: O autor

Embora o serviço do Disque 100 funcione como medida de ação, não há no Brasil um serviço integrado de inteligência que coopte todos os dados e cobre eficiência sobre as denúncias realizadas, é o que relata um levantamento que revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças, efetuado pela BBC Brasil em São Paulo, através da jornalista Letícia Mori, em artigo especial do Senado Federal.

7.2.2 Causas de acolhimento

Busca apresentar os motivos que trouxeram a criança para a instituição, sendo destacados os motivos mais concorridos, no que diz respeito aos seis motivos mais elencados, a somatória chega a 79,31% do total dos motivos conforme destacado.

GRÁFICO 3 – Motivo de acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FONTE: O autor

7.2.3 Perfil de acolhimento

Busca apresentar o perfil genérico da criança, sendo possível a conclusão de levantamento de característica de gênero, tal quadro apresenta uma equivalência de perfil para taxa média similar entre acolhimentos de meninas e meninos.

GRÁFICO 4 – Gênero acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FONTE: O autor

7.2.4 Região de acolhimento

A instituição possui atuação regional, podendo atuar no campo das cidades de Camboriú e Balneário Camboriú, assim como consta no QUADRO 3 que apresenta os Dados e informações da Instituição, parceiros área de atuação, no qual consta o histórico das cidades onde a instituição possui convênio.

GRÁFICO 5 – Região/Origem acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FONTE: O autor

Destaca-se que Camboriú, possui particularidades muito diferentes que a cidade vizinha Balneário Camboriú, em termos de arrecadação, turismo, habitacional, empregabilidade e desenvolvimento social.

7.2.5 Faixa etária do acolhimento

Apresenta-se a faixa etária do acolhimento, da qual se compreende que o desenvolvimento infantil possui vários níveis de alcance para a criança, razão pela qual toda a equipe saberá lidar com o contexto considerando a criança sujeito de direito, respeitando sua dignidade, origem e seus traços familiares, tão necessários para seu desenvolvimento humano e social.

GRÁFICO 6 – Faixa etária dos acolhidos (Lar Bom Pastor 2009/2018)

Faixas etárias do Acolhimento Lar Bom Pastor 2009-2018

FONTE: O autor

Dentro deste quadro, atenta-se para uma realidade muito triste, onde a faixa etária mínima de 0 a 3 anos é a que mais é atendida. Em fase desta situação, esta faixa etária é a faixa de maior necessidade familiar da mãe do pai, especificadamente quando se fala em desenvolvimento infantil em todas as áreas como social e psicológica.

Os perfis apresentados baseiam-se no perfil apresentado pelo Ministério de Direitos Humanos no Brasil, nas pesquisas de apresentação do DISQUE DENÚNCIA, com a devida classificação das faixas etárias conforme segue:

- de 0 a 3 anos
- de 4 a 7 anos
- de 8 a 11 anos
- de 11 a 12 anos incompletos
- acima de 12 anos (exceções) exemplo; evitar separação de irmãos .

7.2.6 Duração do tempo de acolhimento

Existe um tempo mínimo para ficar sem família ? Claro que não. Ocorre que em determinadas situações, os entraves por vezes decorre de situações complexas presentes no corpo da família, que com a morosidade da lei brasileira acaba-se o tempo sendo um inimigo implacável para a criança e sua permanência na instituição de acolhimento por maior tempo, tendo ainda outras razões como trâmites jurídicos e afins. O Lar Bom Pastor em seu histórico de atuação, tem uma taxa de permanência de até seis meses para mais de setenta (72,85%) das crianças acolhidas na Instituição, das quais destas (1/3 ou 24,76%) permanecem na Instituição entre 1 e 30 dias no máximo.

Tendo em vista as recentes atualizações (Lei 13.509/2017) ocorridas no Estatuto da Criança e Adolescente que vem trazendo significativas mudanças quanto tempo mínimo de permanência, uma vez que no passado nem sempre foi assim, razão pela qual crianças permaneciam em instituições por tempo superior. Tal situação é desnecessária e um grande impeditivo ao desenvolvimento humano, social e educacional da criança, que precisa de sua referencia familiar para desenvolver-se, mas claro, de certa forma precisa de uma família restaurada, o que pode levar certo tempo devido as especificidades.

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre entrega voluntária, destituição do poder familiar, acolhimento, apadrinhamento, guarda e adoção de crianças e adolescentes, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender garantias trabalhistas aos adotantes, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para acrescentar nova possibilidade de destituição do poder familiar.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.19.

§ 1º (VETADO).

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. Redação Lei nº 13.509, de 2017

Em 2010 o tempo médio de permanência em entidades de acolhimento era de dois anos e meio conforme levantamento do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com base nos dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA). No ano seguinte, essa média caiu para um ano e 10 meses, número que se manteve estável em 2012.

GRÁFICO 7 – Duração tempo acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FONTE: O autor

Assim o Estatuto da Criança e do Adolescente, conceitua-se como referência para o cumprimento das medidas do acolhimento da criança em instituição, que precisa ser revisto a cada três meses com a extrema e absoluta prioridade, cumprindo o que estabelece a lei, de que a permanência máxima não excederá 18(dezoito) meses.

7.2.7 Situação das crianças depois do acolhimento

Busca apresentar os motivos do desacolhimento da criança junto a instituição, sendo destacados os motivos expressos;

Cerca de 48,51 % das crianças acabam retornando para as famílias biológicas (famílias de origem), e 17,47% para a família ampliada (ou família extensa), reforçando que o direito a convivência familiar, acompanha um percentual de 65,98% das crianças, que tiverem seu retorno as famílias.

GRÁFICO 8 – Situação pós-acolhimento (Lar Bom Pastor 2009/2018)

FONTE: O autor

- Reintegração família de origem

Neste caso a criança acaba retornando ao família, é o quadro mais comum que acontece.

- Integração em família extensa

Neste caso a criança passa a ser acompanhada por algum familiar próximo, um tio, avó ou outro parente que tenha condições e capacidade para ficar com a criança, assim mantendo-a junto família evitando a quebra total dos vínculos.

- Destituição familiar - Adoção

Total perda do poder familiar, após decisão judicial fundamentada, para encaminhamento para adoção junto ao Canastro Nacional de Adoção.

- Mudança de instituição – idade

Comum na instituição que atua com acolhimento para crianças até doze anos incompletos, assim a criança é encaminhada para outra instituição de acolhimento que tenha o padrão de idade adequado.

- Permanece na instituição, acolhida

Situação de excepcionalidade, em razão de aguardar a situação da família se resolver, erradicando-se a vulnerabilidade ou situação de risco, onde a criança acaba ficando acolhida por tempo mínimo em razão da restauração da família e sua condição ideal de convívio familiar.

7.2.7.1 Situação atípica - Devolução de adoção/guarda

Denota-se aqui a condição de acolhimento de crianças que eventualmente e muito raramente acabam retornando de uma adoção que não deu certo, conforme destaca a jornalista Maria Luiza Ghirardi, em artigo especial do Senado Federal, que apresenta as informações de que a situação pode ser rara, não obstante cabe a justiça a medida de ação para evitar danos ainda maiores para a criança ou adolescente, devido ao retorno traumático a Instituição de acolhimento.

Na maioria dos casos, a devolução acontece quando o adotante detém a guarda provisória, mas o processo de adoção não está finalizado. Mas depois de encerrado o processo, ainda que rara, ela também pode acontecer. Não há estatísticas oficiais, no entanto, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina revelou, em 2011, que cerca de 10% das crianças abrigadas em situação de conflito familiar no estado seriam oriundas de adoções que não deram certo. Se acontecer a devolução, cabe à Justiça buscar parentes da família adotiva que possam estar interessados em ter a guarda provisória da criança. A alternativa é o traumático retorno da criança a um abrigo. Maria Luiza Ghirardi.

Sabe-se assim que não é algo que esteja previsto em lei, e mesmo se tratando de leis, há de se considerar a humanidade e os sentimentos da criança, por isso a necessidade de manter uma equipe coesa, com informações claras, quebrando o tabu do tema da adoção, incentivando as pessoas a buscarem o devido conhecimento, na busca de seus direitos, como é o caso de casais pretendentes a adoção, que tenha feito curso de acompanhamento e recebido visita social e acompanhamento psicológico.

7.3 RESULTADOS

7.3.1 Convivência familiar - preservação dos vínculos familiares

Em relação a “**preservação dos vínculos familiares**”, observou-se que a instituição:

- Permite a visita livre ao abrigo, com datas e horários preestabelecidos.
- Faz acompanhamento técnico e escuta junto ao momento de visita com a família e as crianças, também proporciona espaço e momentos de diálogo particular entre filhos e pais.
- Acolhe qualquer criança em situação de risco social ou pessoal, sem restrições quanto a deficiências ou problemas de saúde;
- Realiza atendimento em regime de auxílio pedagógico para as crianças;

7.3.1.1 Convivência familiar - ações de incentivo à convivência das crianças com suas famílias de origem

Em relação a “ações de incentivo à convivência das crianças com suas famílias de origem”, observou-se que a instituição promove:

- visitas domiciliares às famílias das crianças sob sua responsabilidade;
- acompanhamento social das famílias;
- organização de reuniões ou grupos de discussão e de apoio para os familiares dos acolhidos (audiências concentradas com a REDE a cada dois meses);
- encaminhamento das famílias para a inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio/proteção à família (CRAS, CREAS, NASF, CAPS).

7.3.1.2 Convivência familiar - cumprimento do princípio de não desmembramento de grupos de irmãos acolhidos

Em relação a “cumprimento do princípio de não desmembramento de grupos de irmãos acolhidos”, observou-se que a instituição:

A faixa etária atendida pela instituição está enquadrada entre zero a doze anos incompletos, assim dentro das especificidades das condições, a instituição

recebe o atendimento dentro da faixa etária adequada, salienta-se que são raros os casos de irmãos maiores separados. Assim quando há casos isolados a entidade promove as visitas interativas entre irmãos, mesmo que estes venham estar separados por força da exceção.

7.3.2 Convivência familiar - apoio à reestruturação familiar

Dentro da temática do “**apoio à reestruturação familiar**” foi verificado que a instituição realiza as seguintes ações:

- visitas domiciliares às famílias das crianças sob sua responsabilidade;
- acompanhamento social das famílias;
- organização de reuniões ou grupos de discussão e de apoio para os familiares dos acolhidos (audiências concentradas a cada dois meses); e
- encaminhamento das famílias para a inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio/proteção à família.

7.3.2.1 Convivência familiar – Audiências concentradas, uma esperança

O Conselho Nacional da Justiça através do Provimento 32 de 24 de junho de 2013 instaurou aos juízes da Infância e Juventude de todo o País que realizem uma vez por semestre “audiências concentradas” para reavaliação da situação de cada criança e adolescente submetido a medida protetiva de acolhimento. A finalidade é acelerar esses processos, tendo em vista o caráter excepcional e provisório do acolhimento.

A busca da reestruturação familiar mostra a necessidade dos operadores do direito da criança, promoverem dentro dos termos da lei a busca constante pela readequação familiar, assim um exemplo significativo que tem prosperado dentro da atuação da referida instituição é a atuação da Vara da Infância do município de Camboriú, que doravante a cada dois meses realiza as conhecidas AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS, reuniões que tem a presença de todo corpo de operadores que atuam nas políticas públicas, sociais e de justiça na promoção dos direitos da criança e adolescente. A audiência é dirigida pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca, acompanhadas pelo(a) Juiz (a), Ministério Público, Conselho Tutelar, membros dos CRAS, CREAS, CAPS, Conselho de Direitos da Criança e

Adolescente, representantes da instituição e equipe técnica. O papel da audiência é acompanhar de forma agilizada cada caso das crianças em situação de acolhimento, tendo sempre a possibilidade de saber a mensuração do papel de cada envolvido na busca da resolução de problemas e desafios, na busca da reintegração e convivência familiar, contando ainda com a oitiva dos pais ou responsáveis, dando assim celeridade ao processo e um olhar de prioridade conforme consta na Constituição da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 no seu Art. 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. CF. 1988. ARTIGO 227.

Assim, a audiência concentrada, analisando cada caso busca à integração de procedimentos das instâncias de atendimento, para que a criança acolhida receba tratamento coerente, de forma a garantir sua reintegração familiar e comunitária

7.3.3 Convivência familiar - incentivo à convivência com outras famílias

O relacionamento de crianças acolhidas com outras famílias é uma forma de garantir o direito à convivência familiar para as crianças cujas chances de retorno para suas famílias de origem estão esgotadas. Assim, a colocação em família substituta, por exemplo, apresenta-se como opção importante frente à tradicional prática de institucionalização prolongada de crianças em situação de risco, sujeitos a viver boa parte do tempo de suas vidas privados de convivência familiar. Ainda que a colocação em família substituta não dependa exclusivamente do trabalho da instituição de acolhimento, ela vem a desempenhar papel fundamental no processo, incentivando “a convivência de crianças acolhidos com outras famílias”, da qual a instituição ainda busca soluções e projetos para desenvolver o cumprimento de programas a respeito, por meio de ações como:

- o envio de relatórios periódicos sobre a situação dos acolhidos e de suas famílias para as varas da Infância e da Juventude (órgãos responsáveis pela aplicação de quaisquer outras medidas de proteção, incluindo a colocação em família substituta);

- treinamento de equipe técnica da Instituição junto a demais operadores da rede de proteção, referente a manutenção de programas de apadrinhamento afetivo – alternativa de referência familiar para as crianças acolhidas.

Ainda dentro da temática da “convivência de crianças acolhidos com outras famílias” a instituição recebeu no corrente ano, o treinamento da equipe do ACONCHEGO/DF, que promoveu treinamento com toda a rede de operadores das políticas públicas de direito das crianças e adolescentes, com base no tema da manutenção de **PAA** - Programa de Apadrinhamento Afetivo, seus métodos, ações, implantação, recursos pessoal e demais premissas do total funcionamento, implantação e aplicação do **PAA**.

Dentro da temática de atuação o **PAA**, apresentou-se exitoso para o público de adolescentes, uma vez que são a faixa etária que fica mais tempo dentro de instituição de acolhimento, em razão da adoção tardia não se concretizar em muitos dos casos, assim, tendo o abrigo especificadamente atendimento o público de faixa etária de zero a doze anos incompletos, e um contexto histórico de atuação de permanência na Instituição reduzido em razão de realização bimestrais de audiências concentradas e demais esforços dos operadores, e equipe técnica para a permanência mínima dentro da instituição de acolhimento e sua reintegração familiar.

7.3.4 Convivência familiar e comunitária - estrutura residencial da Instituição

Apresenta-se as informações sobre “estrutura residencial da Instituição” .

Conforme apresentado no presente trabalho o QUADRO 3 – Dados e informações da Instituição, parceiros área de atuação e o QUADRO 4 – Capacidade de serviços da oferecidos pela Instituição e projetos, que trazem informações relevantes sobre a capacidade dos serviços, e demais informações referentes a infraestrutura de atendimento presentes na instituição.

Observa-se que a instituição cumpre o papel dentro do reordenamento estabelecido pelo **PNCFC**, que trata e orienta sobre as características de um atendimento individualizado, em ambiente familiar, incluindo o espaço de moradia e vivência sem adereços que caracterize espaço visível de um “abrigo”, dando a este espaço as devidas condições que venham se assemelhar a uma residência.

Assim observa-se que o espaço e a infraestrutura da instituição contém um conjunto de serviços e demais acessórios no espaço físico que dão as devidas condições de um espaço ideal para mesmo que momentos excepcionais na tratativa do acolhimento da criança.

Considerando a temática estrutura residencial da Instituição apresenta-se outras informações no seguinte quadro:

- a mesma tem aspecto externo com características residenciais;
- acomoda, no máximo, quatro crianças por dormitório;
- dispõe de espaços individuais para acomodação de objetos pessoais; e
- carece de algumas áreas exclusivas para serviços especializados (consultório médico, gabinete odontológico, salas de aula e oficinas profissionalizantes).

A saber a construção da nova sede possibilitará a abertura de novos espaços para demais necessidades com possíveis novas oportunidades de serviços, conforme informações anteriormente apresentadas no QUADRO 4 na área de expansão e projetos.

7.3.5 Convivência comunitária - a participação de crianças acolhidas na vida da comunidade local - Outras ações promovidas pela instituição

- Realiza visitas domiciliares para acompanhamento psicossocial sistemático das famílias e encaminhamento para a rede de proteção social;
- Oportuniza visitas das suas respectivas famílias junto as crianças acolhidas em espaço social para diálogo e brincadeiras entre família;
- Possibilita a articulação com outras políticas sociais (saúde, educação, esporte, cultura, lazer, etc.);
- Aprimora a rede de comunicação com o Ministério Público, Poder Judiciário e outros órgãos e ações do Executivo;
- Elabora relatórios psicossociais periódicos;
- Realiza arquivo físico organizado dos documentos (relatórios, ofícios, encaminhamentos), preservando a história de vida das crianças que passam pela instituição.

- Realiza arquivo digital de fotos das crianças e adolescentes institucionalizadas, preservando suas respectivas histórias de vidas.
- Realiza passeios organizados com eventos, comemorações e datas especiais com equipe técnica, monitoras e demais colaboradores na instituição, promovendo a interação das crianças com o brincar e as amizades.

7.3.6 Convivência comunitária - a participação de pessoas da comunidade no processo educativo da Instituição

A participação de pessoas da comunidade nas atividades internas da instituição também proporciona a garantia do direito à convivência comunitária, facilitando o estabelecimento de novos vínculos e relações, bem como a oxigenação das práticas e rotinas institucionais. Nesse sentido, foi considerado a análise de dois critérios para auferir a participação comunitária na instituição:

a) a existência de trabalho voluntário no âmbito dos serviços complementares (acompanhantes, costureiros, estagiários, orientadores, professores de reforço escolar, recreadores, voluntários para atividades diversas como artes plásticas, culinária, dança, esportes, informática, línguas, música, teatro, trabalhos manuais etc.);

b) a inserção da instituição em um contexto espacial com disponibilidade de serviços e equipamentos comunitários.

7.3.6.1 Convivência comunitária - existência de trabalho voluntário no âmbito dos serviços complementares oferecidos na instituição

Dentro deste parâmetro, destaca-se o trabalho efetuado no campo de estágio que através da identificação e elaboração do Programa de Voluntariado Institucional, disponível para a instituição em formato documental. Tal opção considerou a sensibilidade da medida de proteção do acolhimento em razão de sua complexidade familiar e social, tornando o espaço interno da instituição destinado a promover condições ideais de um espaço familiar, evitando assim qualquer medida de superexposição das crianças, suas famílias e demais condições.

Desta forma o Programa de Voluntariado Institucional está disponível e espera um planejamento interno da instituição, em razão de sua rotina interna de atendimento as necessidades das crianças e suas demandas. Cabe ressaltar ainda que há sempre a preocupação de evitar que vínculos sejam feitos e desfeitos rapidamente, razão que trazem as crianças a ansiedade e um questionamento de seu valor pessoal para a família e sociedade, trazendo com isso mais indagações, dúvidas e conflitos no desenvolvimento pessoal.

7.3.6.2 Convivência comunitária - a inserção da instituição em um contexto espacial com disponibilidade de serviços e equipamentos comunitários

As crianças atendidas pela instituição contam ainda com a interação da comunidade, em serviços tais como: ensino regular; transporte escolar em veículo e motorista na instituição, assistência médica e odontológica através da secretaria da saúde do município; atividades culturais, passeios e visitas a comunidade, atividades esportivas e de lazer. A instituição ainda não tem serviço jurídico próprio, razão pela qual a oferta de assistência jurídica as famílias é apenas possível através de encaminhamentos pela equipe técnica ou defensoria pública.

7.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através do presente trabalho, buscou-se levantar os dados relativos a atuação da instituição no campo do acolhimento, com vistas a ampliar o olhar de cooperação através de atuação interdisciplinar de outros agentes em processo de formação. No primeiro momento foi levantado os dados da instituição, informações sobre demandas e características pessoais da atuação da instituição, que dão foco de alcance do trabalho realizado pela mesma, assim como informações de coleta de dados sobre o tempo de atuação, alcance de números de atendimentos e especificidades destes.

Outras informações vieram a campo, no que diz respeito ao tema da criança e adolescente, quanto as informações do DISQUE 100 a central de denúncias de proteção da criança e adolescente. Tais informações preponderam a real situação do descaso no tratamento das denúncias, que embora apuradas, não recebem qualquer tipo de posterior verificação posterior, e assim mostram o quão vulneráveis

podem estas as crianças e adolescentes que sobrem tais violações, tendo a incerteza de quando a denúncia poderá ser oferecida.

Em relação aos pontos elencados na pesquisa, apresenta-se a discussão dos temas conforme segue.

7.4.1 Preservação dos vínculos com a família de origem

A Instituição promove um conjunto de ações que cooperam para o reforço dos vínculos familiares, em ação cooperada com a Vara da Infância e demais operadores da rede de proteção. Especificadamente dando a família condições de receber e fazer visitas as crianças em espaço adequado, com acompanhamento de equipe técnica.

7.4.2 Apoio à reestruturação familiar

Novamente a Instituição promove um conjunto de ações que cooperam para o reforço da reestruturação familiar, em ação cooperada com a Vara da Infância e demais operadores da rede de proteção.

Destaca-se a realização das Audiências concentradas, que visam agilizar a revisão da situação do acolhimento das crianças a cada dois meses, reduzindo o tempo de permanência na instituição.

7.4.3 Incentivo à convivência com outras famílias

Neste ponto a Instituição vem discutindo com seu corpo técnico e através de programa de formações, a temática da família acolhedora. Outro programa que também foi alvo de capacitação, do qual também participei, foi o Programa de Apadrinhamento Afetivo, promovido pela equipe do Aconchego do DF, do qual apresentou a proposta do Apadrinhamento afetivo de crianças maiores. O programa é de nobre importância para discussão e amadurecimento dentro da instituição, que até então tem uma abrangência de atuação com respeito da idade de atendimento (até doze anos incompletos) e já pelas razões de poucos os casos de longa

permanência na instituição, razão pela qual há sempre o acompanhamento apurado do Juizado da Infância e Juventude em sintonia com a equipe técnica.

7.4.4 Preservação dos vínculos familiares

Por fim os temas abordados no fim da pesquisa que tratam da “preservação dos vínculos familiares”, foi considerado a análise e discussão de dois grupos de ações desenvolvidas pela instituição:

a) ações de incentivo à convivência das crianças com suas famílias de origem,

Aqui foi relacionado o esforço empregado pela equipe de todos colaboradores da instituição que promovem desde o atendimento as crianças acolhidas e demais envolvidos, em razão de que é com o todo que se faz a operação completa, tendo sido observado um longo e árduo esforço por parte de todos para que o acolhimento seja eficaz, em especial para a convivência das crianças com seus familiares em visitas e demais interações.

b) cumprimento do princípio de não desmembramento de grupos de irmãos acolhidos.

Neste sentido a instituição possui um limitador legal, que é a faixa etária atendida de até doze anos incompletos, assim sendo é fator determinante preservar os vínculos familiares inclusive de irmãos, razão pela qual quando ocorre tal situação existe uma cooperação envolvida para manter e preservar as visitas e convivência entre estes irmãos, mesmo que excepcionalmente estejam em abrigos diferentes.

7.4.5 Convivência comunitária

Em relação à “convivência comunitária”, foi considerado:

a) a participação das crianças acolhidas na vida da comunidade local;

A vida em da comunidade local é a vida das crianças que mesmo em situação de excepcionalidade na proteção de seus direitos, tem uma vida social, razão pela qual nota-se dentro da instituição o pleno exercício da participação das

crianças na vida da comunidade local, com passeios, vida escolar, rotinas de demandas de serviços públicos e afins.

b) a participação de pessoas da comunidade no processo educativo da Instituição.

Ter uma criança acolhida sob sua responsabilidade não é tarefa fácil, é preciso garantir que essa criança nessa situação excepcional tenha sua proteção executada pelo conjunto de todos operadores do direito, desde a monitora, educadora ou equipe técnica. A participação de pessoas da comunidade é um tema sensível que requer atenção, para manter a discricção dos fatos, protegendo a criança de qualquer superexposição desnecessária ou eventuais constrangimentos e qualquer tipo de alienação parental.

Por isso, sempre que há participação de pessoas na entidade, e há sim trabalhos voluntários, há a necessidade de manter o padrão já adotado hoje do acompanhamento de funcionário autorizado, devidamente orientado a respeito das medidas de proteção e não exposição das crianças, por parte de quem vem visitar ou fazer alguma atividade interna.

8 CONCLUSÕES

Conclui-se com o presente trabalho um conjunto de informações de conhecimento de atuação da instituição desde seu início legal, dentro das especificidades que atua, sendo que a pesquisa foi baseada na coleta de informações, documentais, pesquisas bibliográficas e informações com equipe técnica, de posse da instituição.

Outra pesquisa bibliográfica de caráter informativo, trás o histórico de dados do DISQUE 100 que retrata apenas parte da vulnerabilidade sofrida pelas crianças e adolescentes, um comparativo para efeitos de registro de informações para conhecimento dos riscos e vulnerabilidades que nossas crianças estão expostos Os comparativos de atuação por região e o contraste das cidades que atendem, ainda assim mostram que os problemas persistem como a questão das drogas problema muito comum em toda a região do Litoral Norte de SC.

Por conseguinte elenca-se as características do tema da interdisciplinaridade dentro da atuação do acolhimento com a inclusão de formandos das áreas de Serviço Social e Psicologia em sintonia e supervisão de equipe técnica, atuando na instituição já pelo Programa de Voluntariado Institucional, documentado e disponível para a instituição durante o processo de estágio.

O levantamento das informações a respeito das características da Instituição mostram que a proporção das condições favoráveis, facilitam em muito a atuação da equipe coesa dentro do propósito de proteger as crianças. Assim os gráficos apresentados mostram uma sombra da situação das condições reais, em termos dos acolhimentos já registrados, para efeito de mostrar que a quantidade de intervenções é sempre a necessária para a resolução do problema.

Assim os dados são apresentados com base na interpretação da pesquisa, tendo seu conteúdo analisado dentro das observações das mesmas características de atuação em diferentes aspectos, como por exemplo o fato da entidade atender cidades diferentes em termos de recursos e condições sociais, mas os problemas cerne dos motivos que fazem o acolhimento ocorrer serem muito parecidos na maioria dos casos.

Buscou-se ainda trazer o tema da interdisciplinaridade no campo de atuação da instituição, com vistas a diversificar a atuação de saberes dentro de um olhar cooperativo e de crescimento do conjunto do agir e servir, baseados na participação

de formandos das áreas de conhecimento da equipe técnica (Serviço Social e Psicologia), donde tal cooperação pode ser devidamente supervisionada através do programa de voluntariado institucional, disponível na instituição.

Os elementos de pesquisas ainda trouxeram a questão coadjuvante do direito a convivência familiar e comunitária, garantidas pela Constituição Federal e empenhada pelo ECA (1990), na norma da lei, trazendo informações importantes da atuação dentro desta temática na Instituição, da qual preconiza garantias de cumprimento das ações efetivas que garantem o direito a convivência familiar e comunitária das crianças atendidas pela mesma. Ademais as informações de levantamento, compreenderam dados desde a história da efetiva data de início de atividades da instituição, ano de 2009, da qual a considerar acolheu um percentual similar de meninos e meninas, tendo como as principais causas de acolhimento; Situação de Risco/Vulnerabilidade, Negligência, Abandono, Maus Tratos, Violência Física e Abuso Sexual, sendo a soma destas principais causas 79,31% dos motivos totais de acolhimento.

No Brasil a institucionalização de crianças de zero a seis anos tem seus maiores índices, sendo a idade do pleno desenvolvimento e conhecida como a primeira infância, esta taxa ficou no percentual de 41,84% dos acolhimentos recebidos. Assim o Brasil, diferente de países como na Europa, recebeu novas legislações para aumentar o poder de destituição do poder familiar, isso em nome da proteção infantil, dada as questões de ameaças e vulnerabilidades das crianças em termos de diferenças culturais, como exemplos destacados no SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS⁵ 2018, onde na França a Primeira infância é destacada como prioridade nas políticas públicas de proteção a criança, dando destaque a capacitação e atendimento as famílias extensas, Famílias Acolhedoras e programas de Famílias Afetivas. Espera-se que o Brasil entenda a importância de valorizar os direitos das crianças com uma atenção voltada a primeira infância, faixa compreendida de zero aos seis anos. É a janela em que experiências, descobertas e afeto são levados para o resto da vida.

⁵SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, 5 PAÍSES França, Brasil, Estados Unidos, Argentina e Inglaterra – 22 a 25 de Outubro 2018 – Florianópolis SC - Participação do Formando no seminário, palestrante Sr. Jean-Marc Bouville.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilvania Gomes. **Serviço Social e interdisciplinaridade: confluências e Desafios**. 2016.

AVANTIS, Faculdade (2018). **Matriz curricular do Curso de Graduação em Psicologia, 10 semestres**. 2018. Disponível em: < <http://avantis.edu.br/cursos/psicologia> > Acesso em: 25 out.2018.

BOUVILLE, Jean-Marc. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, 5 PAÍSES**, Florianópolis SC, 2018. Participação do Formando no seminário.

BRASIL, CONANDA. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Documento base. Conceituação e operacionalização para realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da criança e do adolescente. Brasília, julho de 2012.

BRASIL (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 e suas alterações**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 06 ago.2018.

BRASIL, Nacional de Justiça, CONSELHO. **Corregedoria determina que juízes da Infância e Juventude realizem audiências concentradas uma vez por semestre**, 28/06/2013 Agência CNJ de Notícias. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60384-corregedoria-determina-que-juizes-da-infancia-e-juventude-realizem-audiencias-concentradas-uma-vez-por-semester> > Acesso em: 20 out.2018.

BRASIL, Legislativa, CÂMARA. **LEI Nº 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017** Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13509-22-novembro-2017-785783-publicacaooriginal-154279-pl.html> > Acesso em: 05 nov.2018.

BRASIL, Federal, SENADO. **Realidade brasileira sobre adoção, Situação da infância no Brasil**, Maria Luiza Ghirardi. Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/documento-situacao-da-infancia-no-brasil-do-unicef.aspx> > Acesso em: 04 out.2018.

BRASIL, Federal, SENADO (2013). **Revista de audiências públicas do Senado Federal. Por melhor que sejam os abrigos, as crianças sofrem.** Ano 4 - Nº 15 - maio de 2013, pg 47. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201302%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2013_internet.pdf > Acesso em: 18 out.2018.

BRASIL, Federal, SENADO (2011). **Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDEST)** Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/documento-situacao-da-infancia-no-brasil-do-unicef.aspx> > Acesso em: 18 out.2018.

BRASIL (2004). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS,** Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf > Acesso em: 30 set.2018.

BRASIL (2012). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS,** Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf > Acesso em: 29 jun.2018.

BRASIL (2006), **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.** Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf >. Acesso em: 05 nov.2018.

BRASIL, **Presidência da República, Casa Civil, Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 17 out.2018.

BRASIL, **Ministério dos Direitos Humanos. Dados estatísticos denúncias Disque 100.** Disponível em: < <http://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/ouvidoria/balanco-disque-100> >. Acesso em: 15 out.2018.

CORDEIRO DE AQUINO, Luseni Maria. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. Agosto 2005

DISOC. IPEA. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC** (2003).

ELAGE, Bruna et al.. **Perspectivas: formação de profissionais em Serviços de Acolhimento**. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

MORI, Letícia BBC Brasil. São Paulo **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes** Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43010109> > Acesso em: 19 out. 2018.

FACHINETTO, Neidemar José. **O direito a convivência familiar e comunitária**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUSSEN, P.H.; CONGER, J.J.; KAGAN, J. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 4ª ed. São Paulo: HARBRA, 1977.

PEREIRA, Daniel. **Um olhar interdisciplinar no serviço de acolhimento**. 14º Congresso Nacional de Iniciação Científica, 2014. São Paulo.

SILVA, Enid Rocha Andrade da, e AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. **“Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária”**. In Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, n. 11, ago 2005, IPEA, p. 186

UNIASSELVI, Universitário Leonardo Da Vinci, CENTRO (2018). **Matriz curricular do Curso de Graduação Serviço Social , 08 semestres**. 2018. Disponível em: < <https://portal.uniassevi.com.br/graduacao/sc/balneario-camboriu/servico-social-bacharelado?place=balneario-camboriusc&modality=ead> > Acesso em: 25 out.2018.

WINNICOTT, Donald W. **A família e o desenvolvimento individual**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Anexos

Segundo juiz, Sérgio Kreuz, o maior problema na adoção é a falta de equipe interdisciplinar em todas as varas de Infância e Juventude.

https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/juiz-adocao-falta-equipe-... 133% ... Pesquisar

| . HOME . | -->

Segundo juiz, o maior problema na adoção é a falta de equipe interdisciplinar em todas as varas de Infância e Juventude

Para o juiz Sérgio Luiz Kreuz, de Cascavel (PR), o problema da adoção não é a lei, mas principalmente a total falta de estrutura da maior parte das varas de Infância e Juventude de todo o Brasil. Segundo ele, uma das grandes inovações do ECA foi a intervenção interdisciplinar. Questões que envolvem crianças e adolescentes são de grande complexidade e, por isso, a abordagem não pode se limitar a uma visão jurídica.

Para o juiz Sérgio Kreuz, o maior problema não é a lei, mas a falta de estrutura para aplicá-la corretamente (Foto: Arquivo Pessoal)

Em 2006, o Conselho Nacional de Justiça recomendou que todos os tribunais de Justiça dos estados criassem equipes interprofissionais próprias ou em convênios com instituições universitárias para auxiliar no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. A recomendação foi emitida depois que o juiz Sérgio Kreuz apresentou pedido de providências ao conselho para que o ECA fosse cumprido.

Mas o juiz contou que pesquisa feita pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) em 2008 constatou que, depois de 18 anos do ECA, nenhum estado brasileiro dispunha de equipes interdisciplinares em todas as varas de Infância e Juventude. E alguns estados não dispunham de equipe alguma.

Realidade brasileira sobre adoção

- [Desafio da adoção no país pode ser ainda maior](#)
- [Devolução de crianças adotadas](#)
- [Perfil dos candidatos a pais adotivos](#)
- [Perfil das crianças disponíveis para adoção](#)
- [Racismo na adoção é mito nacional](#)
- [Documento "Situação da Infância no Brasil", do Unicef](#)
- [A nova lei da adoção, editada em 2009, enfrenta desafios de má estrutura e questão cultural](#)
- [Programa de Acolhimento Familiar: as famílias acolhedoras](#)
- [Segundo juiz, o maior problema na adoção é a falta de equipe interdisciplinar em todas as varas de Infância e Juventude](#)
- [Renúncia e destituição do poder familiar na adoção](#)
- [Questão do prazo na adoção](#)
- [Adoção conjunta de irmãos](#)
- [Paraná tem experiência bem-sucedida com programa de acolhimento familiar](#)
- [Adoção "à brasileira" ainda é muito comum](#)
- [Críticas à obediência da ordem dos habilitados na fila do Cadastro Nacional de Adoção](#)
- [Adoção ilegal pode ser forma de tráfico de pessoas](#)
- [Cadastro Nacional de Adoção, CNA](#)

Fonte: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/juiz-adocao-falta-equipe-interdisciplinar-varas-de-infancia.aspx>

Cadastro Nacional de Adoção Relatório de Dados Estatístico

Título	Total	Porcentagem
1. Total de pretendentes disponíveis:	41428	100,00%
22. Distribuição dos pretendentes em relação ao estado em que estão		
22.1 Total de pretendentes do AC:	223	0.54%
22.3 Total de pretendentes do AL:	343	0.83%
22.4 Total de pretendentes do AM:	121	0.29%
22.2 Total de pretendentes do AP:	252	0.61%
22.5 Total de pretendentes do BA:	1310	3.16%
22.5 Total de pretendentes do CE:	600	1.45%
22.7 Total de pretendentes do DF:	496	1.2%
22.8 Total de pretendentes do ES:	831	2.01%
22.9 Total de pretendentes do GO:	1324	3.2%
22.10 Total de pretendentes do MA:	224	0.54%
22.11 Total de pretendentes do MG:	5285	12.76%
22.12 Total de pretendentes do MS:	287	0.69%
22.13 Total de pretendentes do MT:	905	2.18%
22.14 Total de pretendentes do PA:	282	0.68%
22.15 Total de pretendentes do PB:	583	1.41%
22.16 Total de pretendentes do PE:	1150	2.78%
22.17 Total de pretendentes do PI:	181	0.44%
22.18 Total de pretendentes do PR:	3350	8.09%
22.19 Total de pretendentes do RJ:	3927	9.48%
22.20 Total de pretendentes do RN:	476	1.15%
22.21 Total de pretendentes do RO:	322	0.78%
22.22 Total de pretendentes do RR:	68	0.16%
22.23 Total de pretendentes do RS:	5622	13.57%
22.24 Total de pretendentes do SC:	2622	6.33%
22.25 Total de pretendentes do SE:	526	1.27%
22.26 Total de pretendentes do SP:	9918	23.94%
22.27 Total de pretendentes do TO:	200	0.48%

Cadastro Nacional de Adoção Relatório de Dados Estatístico

Título	Total	Porcentagem
1. Total de pretendentes disponíveis:	41428	100,00%
2. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça branca:	6803	16.42%
3. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça negra:	335	0.81%
4. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça amarela:	43	0.1%
5. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça parda:	1743	4.21%
6. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça indígena:	25	0.06%
7. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça branca:	38222	92.26%
8. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça negra:	22317	53.87%
9. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça amarela:	23310	56.27%
10. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça parda:	33691	81.32%
11. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça indígena:	21703	52.39%
12. Total de pretendentes que aceitam todas as raças:	20020	48.32%
13. Total de pretendentes que desejam adotar crianças pelo sexo.		
13.2 Total de pretendentes que desejam adotar somente crianças do sexo	11469	27.68%
13.3 Total de pretendentes que são indiferentes em relação ao sexo da	26460	63.87%
13.1 Total de pretendentes que desejam adotar somente crianças do sexo	3499	8.45%
14. Total de pretendentes que desejam adotar crianças com ou sem irmãos.		
14.1 Total de pretendentes que não aceitam adotar irmãos:	26702	64.45%
14.2 Total de pretendentes que aceitam adotar irmãos:	14726	35.55%
15. Total de pretendentes que desejam adotar gêmeos.		
15.1 Total de pretendentes que não aceitam adotar gêmeos:	27496	66.37%
15.2 Total de pretendentes que aceitam adotar gêmeos:	13932	33.63%
17. Total de pretendentes habilitados na Região Norte	1468	100%
17.1 Que aceitam crianças da raça branca:	1270	86.51%
17.2 Que aceitam crianças da raça negra:	1004	68.39%
17.3 Que aceitam crianças da raça amarela:	1014	69.07%
17.4 Que aceitam crianças da raça parda:	1339	91.21%
17.5 Que aceitam crianças da raça indígena:	955	65.05%
18. Total de pretendentes habilitados na Região Nordeste	5393	100%
18.1 Que aceitam crianças da raça branca:	4547	84.31%
18.2 Que aceitam crianças da raça negra:	3196	59.26%
18.3 Que aceitam crianças da raça amarela:	3266	60.56%

Página 1 de 3

Relatório Dados Estatísticos do Cadastro Nacional de adoção, requisitos de perfis, p.1 de 3
consulta em 02/10/2018

Fonte: Conselho Nacional da Justiça - <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>

Título	Total	Porcentagem
18.4 Que aceitam crianças da raça parda:	4801	89.02%
18.5 Que aceitam crianças da raça indígena:	3089	57.28%
19. Total de pretendentes habilitados na Região Centro-Oeste	3012	100%
19.1 Que aceitam crianças da raça branca:	2760	91.63%
19.2 Que aceitam crianças da raça negra:	1923	63.84%
19.3 Que aceitam crianças da raça amarela:	2011	66.77%
19.4 Que aceitam crianças da raça parda:	2641	87.68%
19.5 Que aceitam crianças da raça indígena:	1840	61.09%
20. Total de pretendentes habilitados na Região Sudeste	19961	100%
20.1 Que aceitam crianças da raça branca:	18409	92.22%
20.2 Que aceitam crianças da raça negra:	10834	54.28%
20.3 Que aceitam crianças da raça amarela:	10987	55.04%
20.4 Que aceitam crianças da raça parda:	16613	83.23%
20.5 Que aceitam crianças da raça indígena:	10582	53.01%
21. Total de pretendentes habilitados na Região Sul	11594	100%
21.1 Que aceitam crianças da raça branca:	11236	96.91%
21.2 Que aceitam crianças da raça negra:	5360	46.23%
21.3 Que aceitam crianças da raça amarela:	6032	52.03%
21.4 Que aceitam crianças da raça parda:	8297	71.56%
21.5 Que aceitam crianças da raça indígena:	5237	45.17%
16. Total de pretendentes que desejam adotar crianças pela faixa etária.		
16.2 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 1 anos de idade:	5362	12.94%
16.3 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 2 anos de idade:	6633	16.01%
16.4 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 3 anos de idade:	7970	19.24%
16.5 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 4 anos de idade:	6347	15.32%
16.6 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 5 anos de idade:	6252	15.09%
16.7 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 6 anos de idade:	3992	9.64%
16.8 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 7 anos de idade:	2148	5.18%
16.9 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 8 anos de idade:	1079	2.6%
16.10 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 9 anos de idade:	461	1.11%
16.11 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 10 anos de idade:	488	1.18%
16.12 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 11 anos de idade:	206	0.5%
16.13 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 12 anos de idade:	163	0.39%
16.14 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 13 anos de idade:	77	0.19%

Título	Total	Porcentagem
16.15 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 14 anos de idade:	48	0.12%
16.16 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 15 anos de idade:	30	0.07%
16.17 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 16 anos de idade:	29	0.07%
16.18 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 17 anos de idade:	23	0.06%
16.19 Total de pretendentes que aceitam crianças com até 17 anos de idade	120	0.29%

Cadastro Nacional de Adoção Relatório de Dados Estatístico

Título	Total	Porcentagem
1. Total de crianças/adolescentes disponíveis:	4937	100,00%
2. Total de crianças/adolescentes da raça branca:	1445	29,27%
3. Total de crianças/adolescentes da raça negra:	965	19,55%
4. Total de crianças/adolescentes da raça amarela:	14	0,28%
5. Total de crianças/adolescentes da raça parda:	2492	50,48%
6. Total de crianças/adolescentes da raça indígena:	21	0,43%
7. Total de crianças/adolescentes que possuem irmãos		
7.1 Total que não possuem irmãos:	1822	36,91%
7.2 Total que possuem irmãos:	3115	63,09%
8. Total de crianças/adolescentes que possuem problemas de saúde:	1702	34,47%
9. Total de crianças/adolescentes que são da Região Norte:	206	100%
9.1 Que são brancas:	14	6,8%
9.2 Que são negras:	16	7,77%
9.3 Que são amarelas:	5	2,43%
9.4 Que são pardas:	169	82,04%
9.5 Que são indígenas:	2	0,97%
10. Total de crianças/adolescentes que são da Região Nordeste	735	100%
10.1 Que são brancas:	95	12,93%
10.2 Que são negras:	133	18,1%
10.4 Que são pardas:	506	68,84%
10.5 Que são indígenas:	1	0,14%
11. Total de crianças/adolescentes que são da Região Centro-Oeste:	417	100%
11.1 Que são brancas:	86	20,62%
11.2 Que são negras:	64	15,35%
11.4 Que são pardas:	256	61,39%
11.5 Que são indígenas:	11	2,64%
12. Total de crianças/adolescentes que são da Região Sudeste:	2189	100%
12.1 Que são brancas:	559	25,54%
12.2 Que são negras:	539	24,62%
12.3 Que são amarelas:	9	0,41%
12.4 Que são pardas:	1082	49,43%
13. Total de crianças/adolescentes que são da Região Sul:	1390	100%

Página 1 de 2

Relatório Dados Estatísticos do Cadastro Nacional de adoção, crianças disponíveis, p.1 de 2
consulta em 02/10/2018

Fonte: Conselho Nacional da Justiça - <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>

Título	Total	Porcentagem
13.1 Que são brancas:	691	49.71%
13.2 Que são negras:	213	15.32%
13.4 Que são pardas:	479	34.46%
13.5 Que são indígenas:	7	0.5%
15 Avaliação da distribuição por idade		
15.1 Total de crianças com menos de 1 ano:	17	0.34%
15.2 Total de crianças com 1 ano:	27	0.55%
15.3 Total de crianças com 2 anos:	35	0.71%
15.4 Total de crianças com 3 anos:	47	0.95%
15.5 Total de crianças com 4 anos:	75	1.52%
15.6 Total de crianças com 5 anos:	59	1.2%
15.7 Total de crianças com 6 anos:	114	2.31%
15.8 Total de crianças com 7 anos:	120	2.43%
15.9 Total de crianças com 8 anos:	160	3.24%
15.10 Total de crianças com 9 anos:	199	4.03%
15.11 Total de crianças com 10 anos:	231	4.68%
15.12 Total de crianças com 11 anos:	319	6.46%
15.13 Total de crianças com 12 anos:	435	8.81%
15.14 Total de crianças com 13 anos:	515	10.43%
15.15 Total de crianças com 14 anos:	630	12.76%
15.16 Total de crianças com 15 anos:	674	13.65%
15.17 Total de crianças com 16 anos:	659	13.35%
15.18 Total de crianças com 17 anos:	621	12.58%
19 Especificação das situações das crianças.		
19.1 Total de crianças disponíveis:	4937	100%